RAFAEL ALARCON

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-ISMO: UMA VIA DE MÃO ÚNICA?

Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo

Orientadora: Prof. Dra. Maria Christina Siqueira de Souza Campos

RIBEIRÃO PRETO

2010

Dedico este trabalho para
minha filha, Alícia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer especialmente à Maria Christina, minha orientadora, pois, escrevendo um trabalho com um tema tão polêmico, foram fundamentais a força e o incentivo que recebi, mesmo quando, às vezes, o rumo do trabalho parecia dar guinadas que não haviam sido previstas no início. Também não posso me esquecer de agradecer aos meus amigos, pois sem eles para dar apoio não somos ninguém e, principalmente, à Rep. Loks, pelas horas incessantes de leituras e estudos.

.

Não creio, tampouco, que será necessariamente um salto abrupto a travessia dum abismo; talvez nos apercebamos de ter entrado na zona do Estado socialista como os navegantes dão-se conta de haverem cruzado a linha de um hemisfério – não que tenham conseguido enxergar uma corda estendida sobre o oceano alertando-os que acabaram de cruzar a linha, mas que, pouco a pouco, foram conduzidos a um hemisfério pelo progresso do seu navio.

- Opinião expressa pelo político francês Jean Jaurès sobre a transição para o socialismo, transcrita por Przeworski (1989, p. 46).

RESUMO

Esse trabalho objetivou estudar facetas pouco abordadas do desenvolvimento econômico e evidenciar que existe uma tendência deste em direção ao socialismo. Para tanto, o materialismo histórico foi tomado como base, ou seja, a conclusão de Marx e Engels de que ocorre uma sucessão natural dos modos de produção levando o capitalismo necessariamente em direção ao socialismo é verdadeira e, após investigado o processo histórico de maior participação popular no processo político, mostra-se que a via democrática é o caminho viável para o socialismo, um socialismo evolucionário, substancialmente diferente daquele já vivenciado historicamente e do que povoa o imaginário popular, pois, aqui, será defendido que o socialismo ocupa uma posição que não é oposta ao capitalismo, mas, dele, fruto.

Palavras-chave: Materialismo histórico. Socialismo evolucionário. Democracia. Reforma e revolução.

ABSTRACT

This work aimed to study less approached aspects of the economical development and to indicate that there is a tendency in the direction to the socialism. To achieve this, the historical materialism is taken as a kind of safe harbor, this means that the Marx and Engels conclusion which there is a natural succession of modes of production leading the capitalism toward socialism is true and, after investigating the historical process of popular participation in the political process, it turns clear that the democratic path is the viable way to the socialism, an evolutionary socialism, substantially different from the historically experienced one and from what fills popular imagination in this reference due to the fact that it is not opposed to capitalism, but its fruit.

Keywords: Historical materialism. Evolutionary socialism. Democracy. Reform and revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1 CONTEXTO HISTÓRICO 16
1.1 A Revolução Industrial e o contra-movimento 16
1.2 Um caso extremo: a experiência soviética e sua dissolução 23

2 A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA 34
2.1 A evolução da filosofia da história 34
2.2 A concepção materialista da história 40
2.3 O socialismo científico 46

3 O SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO 49
3.1 O significante social-ismo e algumas inferências 50
3.2 Revolução X Reforma 53
3.3 O socialismo democrático ou socialismo reformista 58

4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO LIVRE SOCIAL-ISMO 66
4.1 A desestalinização do marxismo 66
4.2 Desenvolvimento econômico e distribuição de renda 70

CONCLUSÃO 76

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 78

INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra em meados do século XVIII e se expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX. Ao longo desse processo contínuo, a era agrícola foi superada, a máquina foi suplantando o trabalho humano e uma nova relação entre capital e trabalho se impôs. Nesse ínterim, ocorreu a ascensão da massa de operários e, consequentemente, também dos aglomerados urbanos e a união dessas pessoas politicamente alcançando uma maior participação no processo democrático. Apesar das vicissitudes que nem sempre tornavam fácil essa identificação com a imagem marxista de proletariado, esses partidos cresciam por toda parte, sobretudo na Alemanha e nos países escandinavos. Esses partidos anteviam mudanças fundamentais na sociedade e se embasavam no materialismo marxista com a mesma força com que acreditavam que a ciência triunfaria sobre a religião, podendo ser revisionistas - ou seja, defendendo não a transformação radical da sociedade, mas, reformas imediatas, preferindo dar um passo de cada vez rumo a uma maior participação social nas políticas, - ou revolucionários, - objetivando a transformação radical da sociedade por meio de um golpe de Estado, ainda muito influenciados pelo sucesso da Revolução Francesa.

Concomitantemente a esses avanços no cenário político, a evolução na política monetária também reflete uma sociedade mais amadurecida do ponto de vista social. O padrão ouro tornou-se o meio de pagamento oficial no sistema monetário internacional, posto que a Inglaterra o adotava desde 1717 e era o país que mais mantinha intercâmbio comercial e financeiro com o resto do mundo. No entanto, a manutenção do padrão ouro significava um mecanismo de ajuste automático da economia, que deveria, então, manter a conversibilidade da moeda a qualquer preço, sacrificando assim a política interna e o nível de emprego; ou seja, o padrão ouro só poderia continuar existindo antes de a massa de assalariados ganhar notoriedade e poder de pressionar a política. Com isso, a continuação desse sistema se tornou inviável, pois deixava de existir a certeza de que, quando houvesse conflito entre a estabilidade da moeda *versus* pleno emprego e bem-estar social, a importância destes fosse mitigada em prol da estabilidade. Com a depressão dos anos 30, ficou clara a incompatibilidade do padrão ouro com seus ajustes recessivos automáticos e o pleno emprego, fazendo com que,

segundo Eichengreen (2000), o peso maior dos fatores domésticos se tornasse o principal determinante na hora da tomada de decisões relativas à política monetária.

No início do século XX, uma onda de instabilidade acontecia desde os países periféricos até os mais desenvolvidos, entre eles o Império Russo, que se caracterizava por ser um Estado basicamente feudal coexistindo com seus vizinhos europeus, já num processo de desenvolvimento mais acentuado. O Partido Bolchevique, que originou-se dos antigos *narodniks* (o termo deriva da expressão russa "Khozhdenie v narod", "ir para o povo"), era liderado por Vladimir Lênin e levava a bandeira de Karl Marx. Porém, a Rússia não apresentava os requisitos necessários a uma revolução socialista, de acordo com os moldes marxistas, era um país ainda essencialmente agrário e, mais, ainda lhe faltava uma revolução burguesa. Dessa forma, Lênin percebera que a revolução burguesa deveria ser feita sem a burguesia, posto ser esta numérica e politicamente muito fraca, mas deveria ser feita, sim, pela classe operária organizada e conduzida pelo partido.

Em 1917 tal empreita foi alcançada, tornando-se o evento político central do século XX. Após a Guerra Civil Russa, no início dos anos 20, a URSS emergiu como um Estado pobre e atrasado para os padrões europeus que se dedicaria a ideais opostos ao capitalismo, e junto com outros que a seguiram até os anos 50, consistiam em um sistema político autoritário operando uma economia centralmente planejada e isolada politicamente do resto do mundo. Apesar de o objetivo da Revolução Russa ter sido provocar a explosão revolucionária no resto do mundo por não ser uma economia suficientemente desenvolvida para ser o carro chefe de um bloco socialista, por conta de seu isolamento político, a URSS teve de desempenhar esse papel à força, tratando de transformar, o mais rápido possível, sua economia atrasada, em direção a uma revolução industrial.

Nesse ponto, é interessante notar que o modelo que se auto-denominou “socialismo realmente existente” não se mostrava tão oposto ao capitalismo, pelo contrário, só mudava o nome da classe opressora, que, ao invés de ser a burguesia, era o Estado. Foi imposta uma política de modernização de cima pra baixo contra a maioria do povo, exigindo grandes sacrifícios e agindo coercitivamente, presidida por Stalin. Segundo Hobsbawm (1994, p. 371), “poucos homens manipularam o terror em escalas mais universais.” Tal qual numa economia capitalista, a acumulação primitiva era precondição à industrialização na URSS e os camponeses é que foram os mais

sacrificados por essa política forçada. A produção de bens de consumo para a população era mantida em níveis baixos visando a priorizar a produção de bens de capital, além de serem predeterminadas a quantidade e a qualidade desses bens: a consequência inevitável foi o crescimento do mercado negro para atender às necessidades da população. Após a morte de Stalin, foi se tornando cada vez mais irresistível a pressão de reformar a economia e flexibilizar o sistema de comando soviético. A Primavera de Praga (1968) revelou fendas dentro do bloco soviético até que em 1985 vieram a *perestroika* e a *glasnost*, que significavam literalmente reconstrução e transparência, o que levou à corrente de revoluções em 1989 ocasionando o colapso desse modelo.

Posto que este trabalho questiona o que seria socialismo, em sua essência, a resposta para isso não pode não se espelhar na ideia de estado estacionário de John Stuart Mill. Mill (1983, p. 251) faz a seguinte pergunta ao indagar sobre as características do estado estacionário: "quando o progresso cessar, em que condição podemos esperar que ele deixará a humanidade?" É preciso lembrar que Mill publicou os *Princípios de economia política* em 1848.

Mill foi o primeiro dos economistas clássicos a enxergar o mais além da evolução capitalista, não com o pessimismo de uma estagnação das condições de vida nivelada por baixo, como na obra de Ricardo (1996), que acreditava que, no longo prazo, os salários tenderiam para um valor que fosse suficiente apenas para manter o trabalhador e alguns filhos para renovar o estoque de mão-de-obra, o que veio a se chamar de lei de ferro nos salários. Mill (1983), porém, acreditava que a condição estacionária apresentaria uma enorme melhoria nas condições de vida:

> Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado normal dos seres humanos é aquele de sempre lutar para progredir do ponto de vista econômico, que pensam que o atropelar e pisar os outros, o dar cotoveladas, e um andar sempre ao encalço do outro (características da vida social de hoje) são o destino mais desejável da espécie humana, quando na realidade não são outra coisa senão os sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial. Isso pode ser um estágio necessário no progresso da civilização [...] É um incidente do crescimento, não uma marca de declínio. (MILL, 1983, p.252).

Mill (1983, p. 253) continua dizendo que "o melhor estado para a natureza humana é aquele em que, se por um lado ninguém é pobre, por outro lado ninguém deseja ser mais rico do que é, nem tem motivo algum para temer ser jogado para trás pelos esforços que outros fazem para avançar." Sendo assim, as mesmas energias que ontem eram

utilizadas para lutar nas guerras, hoje são utilizadas para conquistar riqueza, até que as maiores inteligências as eduquem ou sublimem, para objetivos melhores. “Enquanto as inteligências forem primitivas e necessitarem de estímulos primitivos, que os tenham.” (MILL, 1983, p. 253).

Nessa sociedade mais avançada, as pessoas estariam livres das ocupações mais penosas, e disporiam de lazer suficiente para cultivarem suas melhores capacidades, tanto físicos quanto mentais, dando um maior espaço para o aprimoramento moral e social, pois a inteligência não mais estaria exclusivamente absorvida pela preocupação de prosperar financeiramente. “Dificilmente será necessário observar que uma condição estacionária do capital e da população não implica uma condição estacionária do aperfeiçoamento humano.” (MILL, 1983, p. 254).

Este estudo pretende discutir a visão popularmente difundida de que se vive um capitalismo desenfreado e sem pudores, quando, na verdade, cada vez mais sociedade é objeto de investimentos e o povo é alvo de cuidados e direitos; além disso, segundo essa mesma visão, o capitalismo deveria retrair-se para dar espaço a uma sociedade de cunho socialista em que o capital não explorasse o trabalho. Porém, o que se vê é que as crescentes políticas sociais só são possíveis graças aos excedentes gerados pelo capital e sendo assim, não haveria sentido em o capitalismo se retrair para dar espaço ao socialismo, o capitalismo não é um entrave ao socialismo, pelo contrário, é o suporte, dando sustentação às políticas sociais. Destarte, será feito um estudo epistemológico do significante *social-ismo* e discutida a suposta transição do capitalismo para o socialismo como um fenômeno em curso, um fenômeno que não se dá com um grande salto, mas com pequenos passos, como na imagem proposta por Jaurés, que se encontra na epígrafe.

Não se furtando a apreender como as coisas aconteceram, mas querendo, principalmente, entender por que aconteceram dessa maneira e de nenhuma outra, no desenvolvimento deste trabalho será estudada a evolução da filosofia da história com o fito de conhecer como diferentes pensadores em diferentes momentos se posicionaram em relação aos destinos da sociedade humana e as propostas que apresentaram. Assim, com base na obra de Plekhanov (1992), são estudadas as várias correntes da filosofia da história despontadas em diferentes épocas e regiões, começando pela concepção teológica da história dos povos antigos e dos bispos católicos como Santo Agostinho

(354-430); em seguida vem a concepção idealista dos filósofos franceses do século XVIII que fundamentavam a evolução da história na evolução dos costumes e ideias; o tema evolui com a percepção, por causa da Revolução Francesa, de que o movimento histórico se baseia na luta entre os interesses divergentes de elementos constitutivos da sociedade e que a história é feita não por grandes homens, mas pelas massas; o idealismo alemão de Schelling (1775-1854) e Hegel (1770-1831) desemboca num ciclo vicioso em que o estado social é explicado pelo estado das ideias e o estado das ideias é explicado pelo estado social e, então, é exposta a concepção materialista da história, em que Marx busca uma solução para o problema do idealismo hegeliano explicando o que fundamenta o estado social. Para Marx, tanto as relações jurídicas como as formas de Estado devem ser compreendidas primeiramente pelo estado econômico e que este determina o estado social, ou seja, a luta que o homem trava com a natureza é a causa de toda evolução social. Quanto maior o seu poder sobre ela, mais amplos são as necessidades e desejos que o homem pode suprir e assim a história começa a ser feita.

O modo de produção capitalista é predominante nos dias atuais e é também o objeto de estudo da economia política. Segundo Marx e Engels (2007), é nesse ponto que a divisão do trabalho se torna efetivamente divisão do trabalho, ao distinguir sistematicamente o trabalho manual do trabalho intelectual e promovendo uma disparidade entre o consumo daqueles que trabalham diretamente na natureza dos trabalhos intelectualizados, que só poderá se desfazer com a diluição dessa divisão do trabalho, tal qual era nas sociedades tribais. A diferença reside na ideia de que, lá, todos tinham trabalhos manuais e, aqui, deve-se alcançar a outra ponta. Nota-se que para essa intelectualização do trabalho ocorrer, é necessário que a educação chegue a todas as camadas da sociedade e, baseado em Kuznets (1955), esse movimento não é linear, durante o processo de desenvolvimento ocorrem mudanças estruturais significativas que alteram a dinâmica distributiva e caracteriza-se por uma longa variação na desigualdade distributiva que aumenta nas fases precoces do crescimento econômico, se estabiliza por certo período e, então, diminui nas fases posteriores.

O maior desenvolvimento das forças produtivas começa a gerar atritos com o modo de produção vigente, como aconteceu em todos os estágios anteriores ao capitalismo e é nesse ponto que Engels (1984) propõe que deveria ser arrebatado o poder do Estado por meio de uma revolução do proletariado e esse novo Estado se apossaria de todos os meios de produção em nome da sociedade. No decorrer deste trabalho tentarei expor

que o poder do Estado pode e deve ser alcançado, mas pelas vias democráticas, como já vem sendo feito, e a posse dos meios de produção pela sociedade aconteceria não à força, mas graças à distribuição de renda.

A ideia de revolução é tão presente nas obras de Marx e Engels posto que ainda era recente na memória a Revolução Francesa, porém, esta abriu caminho para o liberalismo e, dessa forma, o caminho para o socialismo não precisa ser caminho de uma revolução armada, mas apoiar-se na liberdade conferida pela democracia, como já preconizavam os chamados revisionistas, que emprestaram os fundamentos à social-democracia. Nesse contexto, os malefícios do capitalismo vão sendo superados pelas reformas no sistema afastando a necessidade de uma revolução.

Por causa das dúvidas quanto à forma que se dá a passagem do capitalismo para o socialismo e, mais, quanto à como usar o termo socialismo, será abordado cuidadosamente o significante social-ismo e serão feitas algumas inferências. Após análise dos núcleos do termo conclui-se que será chamado socialismo tudo o que tiver o social como foco, o social como objeto. Dessa maneira, chamar-se-ão socialistas as sociedades cujas camadas mais baixas já apresentam um padrão de vida satisfatório e apresentam condições suficientes para promoverem seu próprio desenvolvimento; o modo de produção socialista se configura como aquele cuja participação do capital humano alcança maior importância relativa àquela alcançada pelo capital físico, não que isso deva ser feito por uma redistribuição de renda simples, mas pelo mérito de cada indivíduo e o governo socialista é aquele escolhido pela sociedade e que governe para a sociedade, excluídos todos os governos não democráticos, como as autocracias, por exemplo.

Como foi visto, a causa material para a transformação socialista da sociedade em Engels (1984) é a expansão das grandes empresas e a hiper-concentração da renda, para um ulterior arrebate do poder político e será verificado como esse processo acontecia nos tempos de Marx e Engels.

Bernstein (1964) analisa dados de diversos países e percebe que há ramos em que não se verifica vantagem comparativa entre a pequena e a grande empresa e outros ramos, os pequenos estabelecimentos são favoráveis, ou seja, as grandes empresas não absorvem continuamente as pequenas, quando na verdade, até crescem ao seu lado. Quanto à

agricultura, Bernstein (1964) expõe dados mostrando que a concentração da terra diminuiu entre os anos de 1885 e 1895, enquanto Marx (1996a) dizia que cento e cinquenta pessoas eram donas de metade das terras da Grã Bretanha. No tocante à concentração de renda, a sempre maior insatisfação das classes menos abastadas seria o combustível da revolução, porém verificou-se que o que ocorreu foi que o crescimento da pirâmide de renda ocorreu nas classes medianas e não nos pólos; dessa forma, o esperado desaparecimento das classes médias, pressionadas e absorvidas pelos polos, como preconizado por Marx e Engels, ficou cada vez mais longe de se efetivar.

Será visto no início deste trabalho que o materialismo dialético está longe de ser uma dialética simples por causa de seu caráter de superdeterminação e o movimento da sociedade se torna cada vez mais complexo. Sendo assim, "as perspectivas do socialismo dependem não do decréscimo, mas do aumento da riqueza social." (BERNSTEIN, 1964, p. 52). Não é a propriedade dos meios de produção que o Estado deve buscar, mas a autoridade para regulamentar quando for preciso, racionalizando a economia como um todo e a orientando para o bem-estar geral, a regulamentação estatal, quando necessária para amenizar os efeitos do livre mercado, torna a ideia de estatização dos meios de produção além de desnecessária, desaconselhável. A conquista do poder político pode, e deve, ser alcançada pela via democrática, o que era mais difícil acontecer até alguns anos atrás, como no cenário em que se deu a Revolução Russa. Antes da questão do regime autocrático soviético, os socialistas, em geral, "afirmavam ser os únicos e verdadeiros democratas." (SCHUMPETER, 1961, p. 287).

Vários partidos fundamentaram-se na ideia de que a democracia não é só necessária, mas também suficiente para se atingir o socialismo, são os partidos da social-democracia, notadamente importantes em regiões culturalmente avançadas; atingir o socialismo, aqui, significa elevar o trabalhador da condição social de proletariado à posição de cidadão, tornar a cidadania um direito universal. O liberalismo rompeu com os grilhões que as organizações da Idade Média impunham à sociedade, que se viu livre para desenvolver-se, a democracia, que é o fruto direto do liberalismo, nas palavras de Bernstein (1964, p. 131), "é a condição preliminar indispensável à realização do socialismo".

O capítulo 1 trata do movimento da sociedade a partir da Revolução Industrial; na seção 1.1 será analisada a ascensão da massa de operários e a união dessas pessoas

politicamente alcançando uma maior participação no processo democrático; na seção 1.2 o tema será a experiência soviética, com sua ascensão, expansão e queda. O capítulo 2 aborda de maneira mais profunda o materialismo histórico, sua derivação e as origens de seu desenvolvimento; buscando as origens do materialismo histórico, a seção 2.1 descreve a evolução da filosofia da história; na seção 2.2 o materialismo histórico é derivado, com base no livro *A ideologia alemã*, de Marx e Engels; a seção 2.3 aborda o socialismo científico, tal qual foi proposto por Engels (1984). O objetivo do capítulo 3 é discutir sobre socialismo e democracia; a seção 3.1 aborda o significante social-ismo e faz algumas inferências; já na seção 3.2, pretende-se contrapor os caminhos da revolução e da reforma; depois de refutada a ideia de revolução, a seção 3.3 aprofunda um pouco mais o socialismo democrático, ou socialismo reformista. O capítulo 4 traz algumas considerações acerca desse movimento em direção ao socialismo; para começar, a seção 4.1 objetiva diminuir um pouco do estigma em relação ao marxismo, expurgando o que há da doutrina de Stalin; na seção 4.2, o tema a ser tratado é a tendência da distribuição de renda no processo de desenvolvimento econômico.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

1.1 A Revolução Industrial e o contra-movimento

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra em meados do século XVIII e se expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX. Consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo que repercutiram em todos os aspectos da vida econômica e social. Ao longo desse processo contínuo, a era agrícola foi superada, a máquina foi suplantando o trabalho humano, uma nova relação entre capital e trabalho se impôs, novas relações entre nações se estabeleceram e se deu o surgimento do fenômeno da cultura de massa, entre outros eventos, uma transformação que só foi possível devido a uma combinação de fatores, como o liberalismo econômico, a acumulação primitiva de capital e uma série de inovações tecnológicas.

Não há dúvidas de que o triunfo global do capitalismo foi o tema mais importante da segunda metade do século XIX, o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição livre, baseada na liderança de uma burguesia composta de homens cuja energia, mérito e inteligência os elevaram a tal posição. (HOBSBAWM, 1996, p. 19). Essa sociedade havia começado a ganhar forma sessenta anos antes, pois, além da Revolução Industrial transformando o cenário econômico, a Revolução Francesa havia transformado o cenário político. Foi nessa época, mais precisamente em 1867, que foi publicado o primeiro volume de *O Capital*, de Karl Marx.

A classe que mais crescia, dada a onda de industrialização, era o proletariado. Era a classe cuja presença se tornava cada vez mais intensa e cuja consciência mais ameaçava o sistema social, político e econômico no final do século XIX, formada por pessoas que trabalhavam na construção civil, nos serviços municipais de utilidade pública como gás, água e esgotos, mineiros, trabalhadores do setor dos transportes, indústrias... O número de assalariados se multiplicava de modo espetacular e, sobretudo nos países onde a industrialização já estava mais madura, a formação das características de classe já estava mais delineada.

Durante esse período a urbanização avançou, provavelmente com a maior rapidez de sua história, e o crescimento do número de trabalhadores assalariados nos aglomerados urbanos originou-se principalmente de dois polos de trabalho pré-industriais, as oficinas artesanais e a agricultura. A lavoura, em processo de modernização no Ocidente, necessitava cada vez menos de força de trabalho, o progresso agrícola significava cada vez menos gente a trabalhar nas lavouras e nas regiões agrícolas mais atrasadas, a oferta de terra já era insuficiente e o aumento do número de camponeses forçava a emigração destes. Enquanto isso, a produção fabril tirava a base daqueles que produziam bens de consumo, como roupas, calçados e móveis por métodos artesanais, desde os mestres-artesãos até simples costureiras de sótãos.

No último quartil do século XIX não havia nação industrializada ou em industrialização que pudesse não prestar atenção a essa enorme massa de pessoas que, aparentemente, estava fadada a se tornar maioria e poderia desestabilizar a ordem social e política caso se organizasse politicamente e isso aconteceu com extraordinária velocidade. Após a Primavera dos Povos, a onda de revoluções que ocorreu durante o ano de 1848, os Estados europeus começaram a reconhecer, às vezes com bastante relutância, a inevitabilidade da adoção do regime democrático com uma constituição parlamentar baseada no sufrágio universal e, nos lugares onde a política eleitoral já permitia, era assustadora a rapidez com que os partidos de massa baseados na classe operária apareciam em cena. Em 1890 mal chegavam a existir, com exceção do Partido Social-Democrata (SPD) alemão, que já era uma importante força eleitoral, e, no início dos anos 1900, a existência de partidos operários e socialistas já era a regra, sendo sua ausência exceção – destaque aqui para a Escandinávia e a Alemanha, onde nesse período esses partidos já eram os maiores partidos nacionais, detendo mais de um terço dos votos (HOBSBAWM, 1988, p. 170). Alguns números sobre esse avanço serão dados adiante, na seção que trata do *socialismo democrático ou socialismo reformista*.

Em suma, esses partidos cresciam em quase toda parte e, dependendo do ponto de vista do observador, como escreve Hobsbawm (1988), isso seria visto como extremamente alarmante ou maravilhoso. Todos os trabalhadores deveriam se unir ou apoiar esses partidos e a história se encarregaria de garantir a vitória futura. Mas isso pressupunha uma classe operária suficientemente homogênea para se identificar com a imagem marxista do proletariado. Mais ainda, essa classe deveria estar convencida da análise

marxista de sua situação e suas metas, sendo a primeira delas formar um partido proletário e, independentemente de qualquer outra coisa, se engajar na ação política.

Marx havia dito que os operários não tinham pátria, apenas classe, e isso era mais que um ideal, era condição necessária para a ação. E a ideologia unificava essa classe amparada pela organização; os socialistas se aproximavam dessas pessoas que, por estarem formando um novo grupo social, eram gente ainda bastante esquecida e até desprezada por quase todas as instituições. Geralmente os socialistas eram os primeiros a verdadeiramente se aproximar desses grupos de artesãos, trabalhadores de obras e até comunidades inteiras de mineiros, sempre lhes imprimindo uma única identidade, a de proletários. A mensagem de unidade de todos os que trabalham e são pobres era levada a todos os cantos dos países por agitadores e propagandistas, que traziam também a organização sem a qual essas pessoas não poderiam articular seus sentimentos e esperanças (HOBSBAWM, 1988, p. 180-1).

Esse avanço da organização e diferenciação de classe não se deu de forma linear, teve momentos de maior intensidade, notadamente em dois curtos períodos. O primeiro deles, no final da década de 1880 e início dos anos 1890, momento em que os partidos socialistas e trabalhistas se tornaram significativos nos parlamentos, período marcado pela Segunda Internacional em 1889 e pelo símbolo de confiança e esperança dos trabalhadores, o Primeiro de Maio, instaurado em 1890. O segundo período importante desse avanço ocorreu entre a Revolução Russa de 1905 e a Primeira Grande Guerra, em 1914. O maciço avanço eleitoral dos partidos socialistas e operários era então auxiliado pelo avanço do sufrágio universal mais democratizado que começava, em vários lugares, a não mais exigir posse de propriedade como requisito para se tornar eleitor, o que foi alcançado graças a ameaças de greves nacionais em setores estratégicos da economia.

A grande maioria desses partidos operários antevia mudanças fundamentais na sociedade e por isso se dava o nome de socialistas. Antes de 1914, tendiam a não se aproximar dos partidos das classes dominantes e também do governo, até o dia em que eles próprios se tornassem governo, quando então iniciariam a grande transformação e aqueles líderes trabalhistas que haviam feito coalizão com partidos da classe média fossem execrados. Talvez a razão principal pela qual tantos partidos tenham hasteado a bandeira vermelha de Karl Marx tenha sido por sua antevisão de que não era prevista

nenhuma mudança significativa dentro do sistema então vigente, algo que mudasse a característica de exploração e a convicção de que a classe operária, organizada em partidos de classe, seria a criadora da sociedade que substituiria a do então desenvolvimento capitalista. E, desse modo, “Marx oferecia aos operários uma certeza, análoga àquela anteriormente oferecida pela religião, de que a ciência oferecia a inevitabilidade histórica de seu futuro triunfo.” (HOBSBAWM, 1988, p. 191).

Em muitos casos isso não significava transformação radical da sociedade, recomendava-se que todos se concentrassem nas melhorias e reformas imediatas que a classe operária conseguisse, deixando que o futuro cuidasse de si mesmo, o almejado objetivo do socialismo era menos importante que as reformas a serem ganhas no caminho. Além do mais, como poderia a nova sociedade ser instaurada, se o colapso do capitalismo parecia o contrário de iminente com os novos surtos de progresso que apareciam após o período de depressão dos anos 1880?

Já os revolucionários esperavam realizar mudanças sociais fundamentais, almejavam a súbita transferência de poder por meio da insurreição. Rejeitavam aqueles que faziam uso da ideologia marxista de partidos, pois isso seria uma desculpa para não tentar fazer revolução, de modo que “as crenças básicas dos líderes e militantes desses partidos eram frequentemente impossíveis de ser distinguidas da esquerda não-marxista radical operária ou jacobina.” (HOBSBAWM, 1988, p. 194).

Esse espírito revolucionário pode ser mais bem entendido à vista da história recente européia, que eles tinham como parâmetro. Esses movimentos operários e socialistas surgiram nas regiões das ainda recentes revoluções, referindo-se ainda toda pessoa politizada à maior delas, a Revolução Francesa, de modo que o movimento via em si mesmo a continuação dessa tradição. Isso, apesar do fato de que, como escreve Hobsbawm (1988), os comícios de massa e as planejadas manifestações e campanhas eleitorais antes tenham substituído do que preparado tumultos e insurreições. O que mantinha esses novos partidos comprometidos ainda com a completa revolução da sociedade não era porque o capitalismo não poderia lhes oferecer melhorias, mas porque todos os aperfeiçoamentos expressivos, naquela época, provinham da ação e da organização deles próprios como classe; se neles havia esperança, era porque tinham esperanças no movimento.

Além dessa análise da evolução na política, é também bastante interessante analisar a evolução da política monetária que acontecia concomitantemente, onde se percebe claramente o reflexo da evolução social na sociedade. A ascensão e queda do padrão ouro pode ser explicado pela incapacidade de os menos favorecidos terem acesso aos assuntos políticos, o que, com a maior democratização, fez que o sistema monetário internacional baseado no padrão ouro não mais se tornasse possível. Segundo Eichengreen (2000), o sistema monetário internacional é a cola que liga as economias dos diferentes países.

No início da Revolução Industrial os intercâmbios comerciais começaram a se intensificar, principalmente da Inglaterra com o resto do mundo, e desde 1717 a Inglaterra tinha sua economia doméstica atrelada ao ouro. O padrão ouro, que reinou nas políticas monetárias internacionais até a Primeira Grande Guerra, surgiu na Inglaterra acidentalmente, quando o responsável pela casa da moeda, Sir Isaac Newton, fixou um preço entre a prata e o ouro com este bastante subvalorizado. Desse modo, as pessoas passaram a estocar a prata e a usar predominantemente moedas de ouro, que já eram usadas na Europa desde os romanos, porém seu uso se disseminou na Itália medieval, notadamente em Florença e Veneza.

“A mais influente exposição teórica do mecanismo do padrão ouro é o modelo de fluxo de moedas metálicas de David Hume.” (EICHENGREEN, 2000, p. 51). Hume propôs um modelo bastante simples: supõe-se que todos os pagamentos sejam efetuados em moedas de ouro, assim, toda vez que houvesse intercâmbio comercial, o exportador recebia do importador um pagamento em moedas de ouro. O déficit comercial que ocorresse em um país seria devido ao fato de o volume de importações ter superado o de exportações; assim, esse país registraria uma diminuição no seu montante de ouro que geraria, então, uma queda nos preços, posto que existiria nesse momento menos moeda em circulação na sua economia, da mesma forma que o país superavitário registraria inflação nos preços de suas mercadorias. Essa alteração nos preços relativos geraria um aumento das importações por parte do país que havia sido superavitário no momento anterior e uma diminuição das importações no país que havia sido deficitário e isso aconteceria sucessivamente até a eliminação do desequilíbrio comercial.

Esse modelo foi ampliado de modo a se introduzirem os fluxos de capital, as taxas de juros e o papel dos bancos centrais por meio de suas taxas de redesconto, para assim se

assemelhar mais ao mundo real. Nesse modelo, o papel-moeda é o que migra entre os países e o ouro só é transferido de um banco central para outro, do deficitário para o superavitário. Posto que o volume desse papel moeda era atrelado ao ouro, a diminuição das reservas de ouro implicaria uma redução do meio circulante, a pressão exercida assim pelo banco central causaria um efeito deflacionário tornando seus produtos mais competitivos no mercado externo e dessa forma se eliminaria o déficit externo do país em questão.

Pelo que foi dito até aqui, percebe-se um mecanismo automático de ajuste, desde que a conversibilidade fosse mantida a qualquer custo, o que fixaria a taxa de câmbio, mas, para que isso acontecesse, a economia interna muitas vezes foi sacrificada em prol da estabilidade da economia externa. Eichengreen (2000, p. 57) defende que, para que isso acontecesse, o padrão ouro teria que ser uma instituição característica de um momento histórico, socialmente constituído, sendo apenas viável nos moldes da época.

> O sistema pressupunha um clima intelectual no qual os governos atribuíam prioridades à estabilidade da moeda e das taxas de câmbio. Isso pressupunha um ambiente político no qual esses governos estariam protegidos contra pressões visando orientar suas políticas para outros fins. (EICHENGREEN, 2000, p. 30).

Quando Eichengreen diz “outros fins”, ele está falando notadamente da política interna e da manutenção do emprego. Diferentemente dos dias atuais, os governos dos países no século XIX podiam manter seu compromisso com a conversibilidade a qualquer custo, posto que os trabalhadores ainda não eram capazes de exercer pressão política e eram os que mais sofriam em consequência dos tempos difíceis.

> Na maioria dos países, o direito do voto era ainda limitado aos homens que possuíssem propriedades (às mulheres era praticamente universal a negação do direito do voto). Os partidos trabalhistas representantes dos proletários estavam ainda em seus anos de estruturação. O trabalhador que corria o risco de ficar desempregado quando o banco central elevava a taxa de redesconto tinha oportunidades limitadas para fazer ouvir suas objeções e chances ainda menores para demitir de seus cargos os governantes e diretores do banco central responsáveis pela formulação dessas políticas. (EICHENGREEN, 2000, p. 58).

Ou seja, no plano político, o fato de os trabalhadores ainda não conseguirem afetar as autoridades monetárias permitiu o comprometimento com a conversibilidade da moeda atrelada ao ouro, porém, com a ampliação da democracia e da cidadania, assim como com o surgimento dos partidos políticos de caráter social, as autoridades monetárias não mais puderam manter as políticas internas em segundo plano, “a crescente percepção do

desemprego e das contradições entre equilíbrio interno e externo emprestaram cunho político às diretrizes monetárias.” (EICHENGREEN, 2000, p. 73).

No século XX, como foi escrito anteriormente, já havia grande participação política dos partidos trabalhistas e os sindicatos também já estavam bem presentes, de modo que o objetivo da defesa da taxa de câmbio podia e devia dar espaço à defesa de outros objetivos também. Esses adventos tornaram, assim, a continuação do padrão ouro algo inviável, como foi verificado de fato, pois deixou de existir aquela certeza de que, quando houvesse um conflito entre a estabilidade da moeda *versus* pleno emprego e bem-estar social, estes seriam deixados de lado em prol da estabilidade na política cambial. “A ascensão do estado de bem-estar social e o compromisso para com o pleno emprego no período que se seguiu a Segunda Guerra deram maior peso ao conflito entre equilíbrio interno e externo.” (EICHENGREEN, 2000, p. 25).

Esse sindicalismo amadurecido exerceu a pressão necessária para conseguir uma maior burocratização no mercado de trabalho, de modo que os salários já não reagiam às instabilidades, como acontecia anteriormente. Quando as leis trabalhistas ainda não haviam se desenvolvido, muito do preço das crises de demanda era pago pelos trabalhadores, que tinham seus salários reduzidos como forma de redução dos custos de produção. Sendo assim, os governos não podiam mais contar com esse fator que dava sustentação ao padrão ouro, pois, “uma vez que os governos não tinham como se defender das pressões que reivindicavam estímulos ao crescimento e emprego, o regime não tinha credibilidade.” Essa novidade foi marcante quando se tentou reviver o padrão ouro no período entre-guerras, tornando inútil a tentativa de “voltar os ponteiros do relógio da história.” (EICHENGREEN, 2000, p. 76).

Muitos autores, inclusive Eichengreen, demarcam o fim do padrão ouro no ano de 1931, com a saída da Inglaterra do sistema, sendo a Grande Depressão dos anos 30 um golpe fulminante na tentativa de reerguer a instituição padrão-ouro, pois ficou exposta a impossibilidade deste na hora de reerguer a economia, fruto da incompatibilidade entre a política expansionista e a conversibilidade. O colapso da produção industrial, iniciado em outubro de 1929, teve proporções gigantescas e os governos desejavam ou, melhor, precisavam reerguer sua economia. “Porém, injeções de crédito e queda nas taxas de juros para fomentar o consumo e os investimentos eram incompatíveis com a manutenção do padrão ouro.” Continuando, Eichengreen (2000) acredita que “a

mudança mais importante no período foi a importância crescente dos fatores domésticos como determinante derradeiro das políticas monetárias.” (p. 108-9).

> O abandono do padrão ouro permitiu que os países reconquistassem sua independência política. E ao usar parte dessa independência na formulação de políticas que incorporavam ações contra tendências dos mercados monetários, esses países tiveram condições de fazê-lo sem permitir que os mercados de câmbio mergulhassem no caos. (EICHENGREEN, 2000, p. 128).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Pedro Paulo Bastos (2005) analisa as ideias na área de política econômica que o ex-ministro da fazenda Horácio Lafer escreveu em seu livro *O crédito e o sistema bancário no Brasil*, publicado em meados do século XX (1948). Aí se pode ver a evolução do ideal de uma economia de compensação automática como a do padrão ouro para outra que passa a promover o “objetivo social da moeda”. Lafer defende que rejeitar as regras do padrão ouro seria uma “exigência imposta por novas condições políticas e sociais que, agora, subordinavam as transações cambiais às necessidades de desenvolvimento econômico nacional.” (BASTOS, 2005, p. 203-4). Com isso, ele queria dizer que a expansão ou contração do meio circulante deveria estar vinculada a uma utilização ótima dos fatores de produção ao invés de depender de um estoque dado de ouro e continua seu raciocínio destacando que da “rebelião das massas resultou um princípio hoje pacífico como dever dos governos e básico para a coexistência social: é a universalização de um mínimo de bem-estar e de conforto, como direito inalienável do homem.” (BASTOS, 2005, p. 205).

O problema monetário, que antes era automatizado pelas compensações, então passava a ser um problema de cunho governamental, exigindo soluções mais amplas, ou seja, a decisão por emitir mais moeda deveria levar em conta os objetivos de alcance do pleno emprego e do desenvolvimento nacional, adaptando os meios de pagamento às atividades econômicas. Percebe-se uma inversão na análise do problema de política monetária, que antes buscava a melhor solução levando em conta rígidos princípios e, então, passou a partir do objetivo a ser alcançado e buscar a maneira que poderia levar até lá.

1.2 Um caso extremo: a experiência soviética e sua dissolução

Os quinze anos anteriores à Primeira Grande Guerra, nos países em que o capitalismo estava já mais desenvolvido, são conhecidos como a *belle époque* por terem sidos anos

prósperos economicamente; o pessimismo dos anos da Grande Depressão deu lugar à expansão e prosperidade da primeira década do século XX, os governos já haviam aprendido maneiras flexíveis de interagir com os emergentes partidos de massa das classes trabalhadoras, sendo anos de relativo sossego político também. Em vastas regiões do mundo, entretanto, esse não era o caso. Nessas regiões, o período de 1880 a 1914 foi marcado pela presença de revoluções iminentes e até reais, não sendo à toa que Lênin as chamava de material inflamável na política mundial. E, como ficou claro a partir de 1917, mesmo as sociedades mais prósperas e estáveis seriam afetadas de uma forma ou de outra pelos levantes revolucionários que começaram na periferia desse sistema mundial cada vez mais interdependente, globalizado, que essa mesma sociedade criara.

Faziam parte desse material inflamável os dois grandes e instáveis impérios europeus, o Império Russo e o Habsburgo, "ambos representavam um tipo de estrutura política – países governados, por assim dizer, como propriedades familiares – que cada vez mais pareciam sobreviventes pré-históricos no século XIX." (HOBSBAWM, 1988, p. 386). Eram impérios com estruturas frágeis e obsoletas, que, de acordo com o darwinismo social, estavam fadados a desaparecer. E, para piorar essa instabilidade, estavam, principalmente no caso russo, na fronteira entre as economias desenvolvida e atrasada, ou seja, simultaneamente em dois campos econômicos e, devido à localização, totalmente integrados ao sistema político europeu.

O movimento revolucionário na Rússia, no início, era "composto quase inteiramente por integrantes da chamada *intelligentzia*: filhos e, em grau elevado e sem precedentes, filhas da nobreza e da burguesia, os estamentos médios e outros instruídos" (HOBSBAWM, 1988, p. 408). A primeira geração desse movimento foi chamada de *narodniks:* lutavam em nome do campesinato, mesmo os camponeses não tendo deles tomado conhecimento. Foram mais bem sucedidos como terroristas que como manifestantes políticos, especialmente em 1881, quando assassinaram o czar Alexandre II, fato que deu destaque ao movimento revolucionário russo e reforçou o consenso universal da inevitabilidade de uma revolução contra o czarismo na Rússia. Após esse episódio, os *narodniks* foram dispersos, até que, no início de 1900, ressurgiram como um partido revolucionário social e dessa vez foram ouvidos pelos povoados, tornando-se o principal partido rural de esquerda. "Como todos que esperavam algum tipo de revolução russa, eles haviam sido estudantes aplicados de teorias ocidentais apropriadas

e, portanto, graças a Primeira Internacional, do mais vigoroso e proeminente teórico da revolução social: Karl Marx". (HOBSBAWM, 1988, p. 408).

Dentre esses partidos revolucionários que cresceram sobre as ruínas dos *narodniks*, é preciso dar destaque neste trabalho ao Partido Bolchevique, que só se tornou autônomo em 1912, quando se tornou a principal força da classe trabalhadora organizada. Eram liderados por Vladimir Lênin, cujo irmão fora executado devido à participação no assassinato do czar em 1881. Vale lembrar aqui que a prevalência dos bolcheviques sobre os outros se deu, talvez, porque, além da genialidade leninista na combinação de teoria e prática revolucionárias, os camaradas de Lênin eram mais bem organizados, confiáveis e eficientes.

Ciente do perigo real que o socialismo representava, o governo czarista incentivou a criação de contra-sindicatos, organizados pela polícia no início da década de 1900, tendo sido, aliás, um massacre levado a efeito por eles contra uma manifestação organizada que desencadeou a Revolução de 1905. Esses tumultos sociais ficavam cada vez mais evidentes, principalmente nos anos de 1902 e 1903, quando começaram a ocorrer manifestações realizadas por camponeses, que há muito estavam semi-adormecidos, bem como greves gerais organizadas pelos trabalhadores nos centros industriais.

Para Lênin, a Revolução de 1905 foi uma revolução burguesa realizada por meios proletários, pois o início do recuo do governo foi devido às greves solidárias de trabalhadores na maioria das cidades industriais do império e, além disso, foram os trabalhadores que, baseados na experiência dos povoados, se organizaram em conselhos (*soviets* em russo). A relevância dessas assembléias foi bem depressa reconhecida pelos partidos socialistas, tendo inclusive Leon Trotsky tido papel destacado no Soviete de São Petersburgo, que durante breve período chegou a ser a autoridade mais efetiva na então capital do país (HOBSBAWM, 1988, p. 411). Porém, por mais importante que fosse a intervenção dos trabalhadores, a irrupção das revoltas camponesas e o desmoronamento das forças armadas foram cruciais para a quebra da resistência czarista.

Porém, a burguesia russa era numérica e politicamente fraca demais para assumir o governo após o czarismo e, como resultado, em 1907 o czarismo foi implantado

novamente, porém não mais de maneira autocrática, pois já havia sido provado que ele podia ser derrubado. A Rússia não estava, ainda, nem econômica nem socialmente pronta para o socialismo.

Diferentemente dos mencheviques, Lênin percebia a fraqueza da burguesia e, dessa forma, a revolução burguesa não deveria ser feita pela burguesia, mas, ao contrário, pela classe operária, organizada e conduzida pelo Partido Bolchevique, com o apoio do campesinato que já vinha mostrando seu potencial revolucionário. Essa perspectiva repousava no crescimento da classe operária, num campesinato que continuasse sendo uma força revolucionária e também na coalizão com forças anticzaristas do multiétnico Estado russo. O proletariado realmente estava a crescer, a Rússia continuava empreendendo investimentos industriais nos anos anteriores a 1914 e o fluxo de trabalhadores que chegavam aos centros fabris frequentemente preferiam o radicalismo bolchevique à moderação menchevique. Quanto ao caráter revolucionário dos camponeses, este se manteve, apesar da criação de uma massa considerável de camponeses conservadores após a implantação pelo governo de uma política similar à política britânica de cerceamento de terras, notadamente onde a comercialização estava mais enraizada, como na Ucrânia.

“Como em tantos outros Estados europeus, a deflagração da guerra deu vazão ao ardor social e político. Quando este arrefeceu, foi ficando cada vez mais evidente que o czarismo estava acabado. Caiu em 1917.” (HOBSBAWM, 1988, p. 414). A Revolução Russa produziu o primeiro regime comunista da História, que se tornou o acontecimento político central do século XX, tal qual a Revolução Francesa o fora para o século XIX, talvez ainda maior que esta. O fato da extensão desse império já significava que sua queda afetava um número muito maior de países e em dois continentes. Mais do que isso, “o fato crucial de a Rússia estar com um pé no mundo dos conquistadores e outro no das vítimas, no avançado e no atrasado, fez com que sua revolução tivesse repercussões consideráveis em ambos.” (HOBSBAWM, 1988, p. 415).

O Estado que emergiu no início da década de 20, após a Guerra Civil Russa, foi um Estado único e multiétnico, de proporções continentais: suas fronteiras iam da Polônia ao Japão, ocupando um sexto da superfície do globo, extremamente pobre e atrasado para os padrões europeus e dedicado a uma sociedade diferente e oposta ao capitalismo. Até 1950, o setor socialista do globo já havia basicamente tomado forma. As fronteiras

ampliaram-se, incluindo então desde o Leste europeu até a península balcânica, excetuando-se a Grécia e a Turquia, no Oriente até a China e parte da Coréia e da Indochina. Graças aos enormes números do povo chinês, os Estados socialistas então respondiam por cerca de um terço da população mundial. Eram Estados cujos sistemas políticos autoritários operavam uma economia centralmente planejada e impondo uma única ideologia - teoricamente - marxista-leninista aos seus habitantes.

Esses lugares passaram pela experiência do que foi chamado "socialismo realmente existente", um termo que sugeria poder haver, pela terminologia da ideologia soviética, outros sistemas sociais socialistas, até melhores, mas na prática era o único que funcionava de fato. Durante a maior parte de sua existência, formaram um grupo separado e em grande parte auto-suficiente, econômica e politicamente. A emigração para os países não socialistas era controlada, para não se dizer impossível. O isolamento econômico fez com que a jovem URSS passasse intacta pela depressão dos anos 30, pois não havia investidores estrangeiros que quisessem lá investir, embora Lênin estivesse disposto e até ansioso para tal. Esse desenvolvimento auto-suficiente e eventual imunidade à grande depressão dos anos 30 forneceriam aos socialistas seu melhor argumento ideológico.

A relação política intensificou ainda mais o isolamento após 1945, com a Guerra Fria. Todas as relações econômicas entre os dois blocos, comunista e capitalista, tinham de passar por controles estatais impostos por ambos. Na década de 80 já havia sinais de integração mais ampla na economia mundial por parte dos países do campo socialista e essa integração marcou o começo do fim do "socialismo realmente existente". Na década de 90 esses regimes políticos desmoronaram na Europa; no Oriente foram estruturalmente reformados, diferindo absolutamente do socialismo como fora até então compreendido. Contudo, não há motivo teórico para ter havido tal isolamento e essas economias poderiam ter se num relacionamento muito mais estreito com o resto do mundo. Hobsbawm cita a Finlândia, uma economia ocidental centralmente planejada cujo comércio internacional com o bloco socialista representava quase um quarto de suas contas por volta de 1983.

Não só não há motivo teórico para o isolamento, como o Partido Bolchevique jamais havia esperado sobreviver em isolamento, quanto mais tornar-se o núcleo de uma economia auto-suficiente, "socialismo num só país" (HOBSBAWM, 1994, p. 366). A

URSS não tinha nenhuma das condições para o estabelecimento de uma economia socialista, um país econômica e socialmente atrasado na Europa. A função da Revolução Russa era provocar a explosão revolucionária nos países industriais mais avançados, onde já havia presença mais forte das condições que Marx considerava essenciais para a instauração do socialismo. Moscou seria, para Lênin, apenas o quartel-general temporário do socialismo, que então se mudaria permanentemente para Berlim, tanto que a língua oficial entre os ideólogos continuava sendo o alemão. Mas, percebendo o caráter não transitório da centralização em Moscou, tiveram que tratar de transformar essa economia atrasada o mais rápido possível, investindo contra o atraso cultural das massas ignorantes e em modernização tecnológica, em direção a uma revolução industrial. O comunismo de base soviética, portanto, passou a ser um programa voltado para a transformação de países atrasados em avançados (HOBSBAWM, 1994, p. 367).

Lênin introduziu em 1921 a Nova Política Econômica, que ficou conhecida no Ocidente como NEP. A NEP reintroduziu o mercado, pois, tendo como inspiração a economia de guerra alemã, a economia de guerra comunista até então tendia naturalmente a substituir a propriedade privada por pública e a dispensar os mercados e o mecanismo de preços, pois nenhum desses era útil para improvisar um esforço como o de guerra nacional. Recuava de um comunismo de guerra para um capitalismo de Estado.

A NEP teve brilhante êxito na restauração da economia soviética do pós-guerra civil e em 1926 ela já havia recuperado o nível industrial pré-guerra, porém a NEP jamais poderia ser duradoura por ser uma economia de mercado basicamente camponesa orientada pelo Estado, que controlava seus picos. O nível industrial havia se restaurado, mas crescia modestamente. Por outro lado, para o camponês, não valia a pena abandonar a zona rural e vir para a cidade enfrentar dificuldades se ele já tinha quase tudo que lhe interessava no campo, tornando assim difícil o avanço da indústria. E, enquanto não houvesse muito mais desenvolvimento industrial, poucas coisas interessavam aos camponeses para comprar nas cidades, que os incentivasse a vender seus excedentes, o que ficou conhecido como a crise da tesoura. Esse cenário levou a que o Partido Bolchevique decidisse por uma industrialização à força, uma nova revolução, mas dessa vez vinda de cima.

Tal política de modernização na URSS seria imposta contra a maioria do povo, iria exigir sacrifícios e deveria ser coercitiva. E quem presidiu a era de ferro foi Stalin, “um autocrata de ferocidade, crueldade e falta de escrúpulos excepcionais, alguns poderiam dizer únicas. Poucos homens manipularam o terror em escalas mais universais.” (HOBSBAWM, 1994, p. 371). A economia de comando centralizado que realizou tal empreita estava mais perto de uma operação militar que de um empreendimento econômico e o excepcional sucesso do primeiro Plano Quinquenal (1928-33), que substituiu o NEP, obteve apoio exatamente pelo sacrifício imposto ao povo, que via na proposta a legitimidade moral.

A economia planejada dos Planos Quinquenais funcionava como uma economia de guerra, cujas metas são estabelecidas geralmente sem se considerar sua possibilidade de execução, sendo observado *a posteriori*, na prática. Eram dadas ordens urgentes, uma sucessão de frequentes esforços de choque, produzindo a corrida total. Enquanto a economia estabelecia a fundação de sua indústria, esse sistema funcionou. Mas, como será dito, ele continha em si a semente de sua exaustão, exatamente devido à fadiga dessas exigências. O sistema mantinha a produção de bens de consumo da população baixo, para focar nos bens de capital, base da nova indústria, porém garantia o mínimo social, com trabalho, comida, roupa, habitação e assistência e, principalmente, com educação. Em muito pouco tempo a basicamente analfabeta URSS se transformou na moderna e alfabetizada URSS. Porém os camponeses foram os mais sacrificados, pois tiveram que pagar a conta daquilo que foi chamado de acumulação primitiva socialista.

O que acabou por afundar o sistema, como acredita Hobsbawm (1994), foi a inflexibilidade econômica. Toda a produção de bens já estava predeterminada, seja quanto à quantidade ou à qualidade, inclusive a taxa de crescimento constante na produção, sendo as inovações raras fora do campo militar. Do ponto de vista da demanda, os consumidores não eram servidos por produtos que revelassem suas preferências e, pior que isso, como já foi dito, a tendência do sistema era o intenso crescimento dos bens de capital, mas, pelo menos, a produção dos bens de consumo crescia junto com a economia. E o resultado desse engessamento foi o crescimento de um amplo (?) mercado negro, tornando-se a resposta ao planejamento inflexível um liberalismo extra-oficial.

> Como as economias não oficiais, por definição, escapam à documentação oficial, só podemos imaginar suas dimensões – mas em fins da década de 70 estimava-se que a população urbana soviética gastava cerca de vinte bilhões de rublos em consumo privado, assistência médica e legal, além de cerca de sete bilhões em (gorjetas), para obter serviços. Isso seria na época uma soma comparável ao total de importações do país. (HOBSBAWM, 1994, p. 375).

A Revolução de 1917 teve grande impacto também no que se refere à evolução política socialista, sendo a representação concreta máxima da vertente mais radical, que defendia a entrada no poder via revolução. Marx afirmara a necessidade da organização dos trabalhadores em um partido político e esse partido deveria conquistar o poder e estabelecer a sociedade socialista. E a grande questão, então, era a de participar ou não, fazer ou não uso das instituições já existentes em busca do poder político.

Os movimentos trabalhistas e socialistas que começaram a surgir na Europa tinham estrutura interna democrática. Emergiram como um movimento que completaria a revolução iniciada pela burguesia, alcançando agora o "poder social" assim como ela alcançara o poder político. A ideia seria estender o poder democrático da esfera política para a social, a qual, na verdade, é principalmente econômica (PRZEWORSKI, 1989, p. 19).

Como foi visto na seção anterior, onde a constituição ainda não previa verdadeira amplitude do direito de voto, esses movimentos agiram fortemente nesse sentido; ao contrário dos anarquistas, os socialistas estavam engajados na luta política. As instituições políticas, uma vez estabelecidas, seriam tratadas ou como um inimigo ou como um instrumento potencial, um confronto direto ou uma ação política. Os anarquistas afirmavam que a ação política era ineficaz e, mais, por ser participação em uma instituição burguesa, independente da finalidade, desvirtuaria a essência do movimento. Ainda restava uma dúvida: se o socialismo obtivesse a vitória eleitoral, como o voto havia sido instituído pela burguesia na luta contra o absolutismo, iria esse resultado ser aceito pela burguesia ou esta desrespeitaria suas próprias instituições e ordem legal para defender seus interesses?

Já se a decisão fosse por participar, esta não deveria ser meramente simbólica. A competição democrática - sufrágio universal - ofereceria a grupos a possibilidade de promover seus interesses, inclusive no curto prazo, constituindo o mecanismo pelo qual todo indivíduo, enquanto cidadão, poderia reivindicar seu direito a bens e serviços. Mais ainda, os cidadãos poderiam intervir na própria organização da produção e na forma

como os lucros seriam alocados, de forma coletiva, como salienta Przeworski no mesmo livro (1989).

O sistema político da URSS rompeu decisivamente com o lado democrático dos movimentos socialistas, rompeu inclusive com a herança jacobina da Revolução Francesa, que de maneira alguma favorecia a política de comando por meio da ditadura individual. Independentemente da atitude bolchevique pré-revolucionária de democracia dentro e fora do partido, da liberdade de expressão e tolerância civil, as circunstâncias durante a Guerra Civil impuseram um modo autoritário de governo para que o poder recém adquirido fosse assegurado. Esses novos bolcheviques, que chegaram após a Revolução de 1917, não partilhavam da velha cultura política do partido, "tudo o que sabiam é que o partido estava sempre certo e que as decisões tomadas por autoridades superiores deviam ser executadas, se se queria salvar a revolução." (HOBSBAWM, 1994, p. 377).

A liderança política única do partido concentrava o poder em suas mãos e, com Stalin, o sistema se tornaria uma autocracia absoluta sob Stalin, impondo o controle total sobre todos os aspectos da vida e pensamento de seus cidadãos. Essa atitude com certeza não passou pela cabeça de Marx e Engels ou de outros marxistas europeus, o Estado forçando seus cidadãos a pensarem a mesma coisa e, mais que isso, os cidadãos acatando as ordens de seus líderes - como disse Hobsbawm (1994) – como se fossem emanadas de alguém com infalibilidade papal.

Porém, um regime de partido único apresenta fortes tendências a desembocar numa ditadura e esse era o caso do governo bolchevique, que tinha total convicção de que a revolução não deveria ser convertida. Os revolucionários, como acredita Hobsbawm, por mais que estejam sinceramente convencidos de estar agindo em prol do povo, não são democratas. As ditaduras, mesmo as que tenham o caráter social como finalidade, não são sociais em sua essência.

Foi em Stalin que os sistemas políticos comunistas se transformaram nessa espécie de monarquia política não hereditária. Lênin, já doente, recusou-se a apoiar Stalin como seu sucessor, exatamente devido a sua excessiva brutalidade, e Stalin dirigiu seu partido pelo terror e pelo medo, não reconhecendo limites, o tempo todo aplicando o princípio

de guerra total; na dúvida, acreditava que só ele sabia o caminho a seguir e era determinado o bastante para impô-lo. A paranóia só pôde ser o seu fim lógico.

Em Estados democráticos, que contam com a presença de uma imprensa livre, torna-se mais difícil o abuso de poder - o que dificilmente ocorre em sistemas absolutistas - e o seu uso indiscriminado pode trazer a própria derrota. Ao fim da era Stalin, seus sucessores puseram fim a esses tempos sangrentos e os políticos soviéticos passaram a morrer de velhice, ao invés de serem assassinados ou "sumirem". A URSS deixou de ser uma sociedade que prendia e matava maciçamente seus cidadãos, apesar de ainda não ser uma sociedade onde se vivesse bem. Continuava sendo um Estado policial e autoritário, sem imprensa livre e ainda se dependia de autorização oficial para viajar, mesmo que para outros países também socialistas.

Foi se tornando cada vez mais difícil resistir à pressão de reformar a economia e flexibilizar o sistema de comando soviético a partir da década de 60 e essa pressão foi sentida em todo o mundo comunista. Em 1968 ocorreu a Primavera de Praga, movimento liderado por intelectuais reformistas do Partido Comunista Tcheco, interessados em promover grandes mudanças na estrutura política e econômica da Tchecoslováquia e liderados por Alexander Dubcek. **O objetivo era "desestalinizar" o país, conduzindo a ditadura unipartidária em direção a uma democracia pluralista**. As propostas foram apoiadas pela população, que reagiu à invasão soviética de forma não violenta, desnorteando as tropas. A organização quase espontânea foi em parte liderada pela cadeia de vários pequenos transmissores construídos às pressas por membros do exército tcheco. Cada emissora transmitia instruções para a população por não mais que nove minutos e depois saía do ar, dando espaço para outra, impossibilitando assim a triangulação do sinal.

A coesão e talvez a própria existência do bloco soviético europeu estava em risco. A Primavera de Praga revelou e até aumentou as fendas dentro dele, que era chamado de "bloco monolítico". Foi duramente criticada por governos, como os da Polônia e da Alemanha Oriental, que eram regimes tidos como de linha mais dura, e entusiasticamente – como se refere Hobsbawm – e apoiada pela maioria dos partidos comunistas europeus, pelos reformistas da Hungria, pela Iugoslávia de Tito e pela Romênia de Causescu. Tito e Causescu visitaram Praga e foram recebidos como heróis, o que levou Moscou a, depois de hesitar um pouco, decidir derrubar o regime de Praga.

Segundo Hobsbawm (1994), isso revelara ser o virtual fim do movimento comunista centrado em Moscou. Pelos próximos vinte anos, a liderança dos governantes comunistas parecia ter perdido qualquer crença real no que faziam.

Em 1985 a *perestroika*, que literalmente significa reconstrução, juntamente com a g*lasnost*, que significa transparência, foram as políticas implantadas por Gorbachev na tentativa de reformar o Partido Comunista. Em 1988, a União Soviética abandonava oficialmente a Doutrina Brejnev, ao admitir que o Leste Europeu adotasse regimes democráticos, levando à corrente de revoluções de 1989, por meio das quais o comunismo colapsou. Essas revoluções se realizaram de forma pacífica, como na Alemanha, com a queda do muro de Berlim, com exceção do caso romeno. Terminava assim a Guerra Fria, o que justificou a atribuição do prêmio Nobel da paz a Gorbachev em 15 de outubro de 1990. Nesse mesmo ano, as duas Alemanhas, capitalista e comunista, se reunificaram.

2 DA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA

2.1 A evolução da filosofia da história

Para tratar da concepção materialista da história, começar-se-á tratando da evolução da Filosofia da História, evidenciando os elementos da "pré-história" da concepção materialista. A filosofia da história tem por objeto as causas do movimento histórico e do progresso do gênero humano.

No desenrolar da história humana, cada uma das gerações que antecederam a atual ou, mais especificamente, cada um dos indivíduos de cada uma dessas gerações perseguiu seu próprio caminho, com seus próprios objetivos e fins, lutando não só por sua existência, também pela existência dos que lhe eram próximos; porém, também pode-se notar um movimento conjunto, podendo-se, pois, também, falar de uma história do gênero humano. E, ao se compararem as condições de vida atual às dos povos mais primitivos, percebe-se uma enorme e crescente distância, indicando esta o aumento do poder do homem sobre a natureza.

Empreender uma busca pelas causas do movimento histórico e do progresso do gênero humano é trabalhar a "História considerada como ciência que não se contenta em aprender como se passaram as coisas, mas que quer saber por que se passaram de tal maneira, e não de outra qualquer." (PLEKHANOV, 1992, p. 9). Essa compreensão da história, de sua concepção, também tem uma história da evolução de seu pensamento, cada época e cada região tiveram suas próprias correntes, suas próprias escolas, que procuraram analisar e interpretar como se deu essa evolução, mas é possível sistematizá-las como diferentes espécies de um mesmo gênero.

A primeira filosofia da história, a mais primitiva, é a **concepção teológica da história**, que está ligada às primeiras tentativas feitas pelo homem de explicar como funciona o mundo a sua volta. Nessa forma mais simples de interpretação, o homem não vê na natureza fenômenos relacionados uns com os outros, submetidos assim a leis, mas fenômenos motivados por uma vontade semelhante à sua, não muito diferente de uma criança que, ao bater o dedão numa cadeira, diz que a cadeira é má. E em sociedades com alto nível de civilização, ainda era admitido o movimento histórico como

manifestação de uma ou várias divindades. Os povos da Antiguidade clássica, tanto os gregos quanto os romanos, tinham no estudo da mitologia a sua história de fato e ainda hoje não é difícil encontrar pessoas cristãs que interpretam as metáforas bíblicas como fatos históricos, fundamentando, por exemplo, suas crenças no criacionismo.

Na filosofia de Santo Agostinho (354-430), bispo de Hipona que viveu na infância do cristianismo, como também na de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), bispo de Meaux que viveu já no século XVI, diz Plekhanov (1992), fica claro que os acontecimentos históricos são submetidos à providência divina e não poderiam ser encarados de outra forma. Todo o processo de ascensão e queda dos grandes impérios estaria já concebido nos planos da divindade, mais ainda, todos os povos e impérios, que um após outro apareciam no cenário mundial, estavam ligados a um mesmo fim, que era caminhar na direção traçada por Deus e comunicada aos homens por meio de seus representantes.

Há um salto incrível de foco na **concepção idealista dos filósofos franceses** do século XVIII, frente à concepção teológica da história. Ao se falar em salto incrível não está se querendo ignorar toda a transformação da maneira de pensar já emergente no início da idade Moderna. Descartes, Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley e Hume foram somente alguns filósofos que contribuíram para a emergência do Iluminismo no decorrer do século XVIII. Enquanto na concepção teológica, a explicação da evolução na história se baseia na vontade e ação de agentes divinos, na concepção idealista dos franceses do século XVIII, como Voltaire ou Suard, o fundamento da explicação é a evolução dos costumes e das ideias.

Vista dessa forma, a concepção idealista da história é bastante interessante, pois o uso da razão e da observação têm grande influência sobre os homens, podendo-se até dizer que são os ideais que governam o mundo. “Mas não temos o direito de perguntar se esta opinião que governa o mundo não é governada por sua vez?” (PLEKHANOV, 1992, p. 19). E para se conhecer mais profundamente a verdade por trás da história deve-se buscar uma noção mais exata das causas do surgimento e da evolução dessa visão humana. Certamente as opiniões e as ideias não estão sujeitas ao acaso, mas provêm da experiência. No entendimento lockeano, todos os princípios dos homens provêm da experiência, quer se trate de princípios especulativos, práticos ou morais, e variam segundo o espaço e o tempo. Quando os homens de determinado lugar em determinada

época condenam determinada ação é porque ela os prejudica, da mesma forma que enaltecem o que lhes é útil. Sendo assim, o interesse individual e social determinaria os julgamentos dos homens em sociedade.

Após os dez anos de Revolução Francesa, a **filosofia da história saintsimoniana** via nela um episódio da grande luta multissecular, entre dois interesses sociais contraditórios numa mesma sociedade, os interesses dos industriais e os da nobreza aristocrática. Vê-se aí a luta de dois grandes interesses sociais como causa da revolução, que não é interpretada pelo movimento histórico baseado em uma simples opinião ou ideal, mas em dois grandes elementos constitutivos da sociedade, seus divergentes interesses de classe e a luta social resultante dessa oposição.

Essa consideração por classe tira o peso histórico dos grandes heróis, que recai agora na massa, no povo como tal. Historiadores franceses, como François Mignet (1796-1884) e Augustin Thierry (1795-1856), (fonte?) diziam que o povo e os cidadãos eram sempre a matéria para o pensamento desses grandes homens e a história não deveria se ocupar dos feitos e façanhas desses grandes homens, pois são as grandes massas que fazem a história, segundo seus interesses, interesses esses que são a fonte de todo movimento de criação social. E esses interesses são perceptíveis, pois, no domínio das ideias, as opiniões e ideologias são governadas pelos interesses de cada classe (percebe-se aqui importante evolução em face à concepção idealista dos filósofos franceses do século XVIII).

Na Idade Contemporânea, na Alemanha (é preciso não esquecer que a Alemanha era no século XVIII o país clássico da Filosofia), a filosofia da história era tratada principalmente por Schelling (1775-1854) e Hegel (1770-1831), mas tomando uma **vertente essencialmente idealista**, contra a qual, aliás, Marx se rebela. Segundo Plekhanov (1992), Schelling aborda a evolução histórica como uma sucessão de fenômenos submetidos a leis, considerando-a, dessa forma, como fenômenos com ocorrência necessária. Porém, fenômenos históricos não são coisas inanimadas, como a chuva ou os trovões, mas, sim, a atuação conjunta de homens dotados de vontade e consciência. Chega-se aqui ao impasse de conciliar a liberdade dos homens com a necessidade histórica.

A necessidade histórica excluiria, então, o livre arbítrio? Longe de excluir a liberdade, a necessidade é sua condição e seu fundamento. “Segundo Schelling, a liberdade é impossível sem a necessidade. Se, ao agir, só posso contar com a liberdade dos outros homens, ser-me-á impossível prever as consequências de meus atos” (PLEKHANOV, 1992, p. 29). Nessa lógica, a liberdade será nula se não se puderem prever os atos dos outros, o que só será possível se eles estiverem subordinados a leis e, dessa forma, Schelling caracteriza como ato necessário todo ato que um indivíduo não pode deixar de realizar em dadas circunstâncias. “Sou livre quando posso agir como quiser. E minha livre ação é ao mesmo tempo necessária, porquanto minha vontade é determinada por minha organização e pelas circunstâncias dadas.” (PLEKHANOV, 1992, p. 29).

Outro idealista alemão, Hegel, que, apesar de rivalizar com Schelling em vários momentos, compartilha dessa perspectiva de movimentos necessários na história e, tais quais os movimentos planetários, nos quais nem o Sol nem qualquer outro corpo celeste tem consciência de seu movimento, a razão que governa a história é também uma razão inconsciente. Segundo a base idealista de Hegel, a história é apenas o desenvolvimento do espírito universal no tempo. “Os fatos são tomados tais quais são, e o único pensamento que ela neles introduz é o pensamento de que a razão governa o mundo. Isto lembra, sem dúvida, a filosofia francesa do século XVIII.” (PLEKHANOV, 1992, p. 30). Porém, apesar de idealista, Hegel trata a opinião dos homens como algo vinculado à maneira de viver, em outras palavras, pelo estado social, o estado social como base mais profunda da vida dos povos.

Hegel ingressa, então, no círculo vicioso em que o estado social é explicado pelo estado das ideias e o estado das ideias é explicado pelo estado social, uma explicação que nada explica. “A evolução da ciência social em seus diversos ramos conduzia ao mesmo problema: explicar a origem do estado social. [...] tudo prometia esclarecer-se uma vez resolvido o problema da origem do estado social.” (PLEKHANOV, 1992, p. 30). Foi buscando a solução desse problema que Marx elaborou sua concepção materialista da história.

É de concordância geral que o nascimento do materialismo histórico, teoria e método da ciência social proposto por Marx e Engels, pode ser datado durante os anos de 1845-46 no manuscrito A Ideologia Alemã, publicado apenas depois da morte de Marx. Na primeira metade da década de 1840, eles tinham como objetivo atacar o sistema

idealista hegeliano, sobretudo em seus seguidores, como Bruno Bauer e Max Stirner (chamados "ironicamente" por Marx de São Bruno e São Max), que disputavam assim com interpretações divergentes a verdade do sistema, mas sem conseguir avançar além dos limites do idealismo. Marx e Engels iniciaram o processo de re-elaboração da dialética herdada de Hegel, num corpo materialista, e dessa construção resultou o que ficou conhecido como materialismo dialético.

Cabe aqui ressaltar a diferença entre materialismo dialético e histórico, pois se trata de duas disciplinas distintas, posto que têm objetos distintos, sendo o materialismo histórico a ciência da história enquanto o materialismo dialético, a filosofia marxista. Althusser define que "o materialismo histórico tem por objeto os *modos de produção* que surgiram e que surgirão na história. Estuda sua estrutura, sua constituição e as *formas de transição* que permitem a passagem de um modo de produção para outro." (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p. 34). Já o materialismo dialético se encontra no campo da teoria do conhecimento e levanta a questão das condições reais do mecanismo de produção dos conhecimentos, o que leva o materialismo dialético, em última instância, a ser caracterizado como uma disciplina que produz conhecimentos, sendo inclusive a disciplina que empresta cientificidade ao materialismo histórico.

> O objeto do materialismo dialético está constituído pelo que Engels chama "*a história do pensamento*", ou o que Lênin denomina "*a história da passagem da ignorância ao conhecimento*". Podemos ser mais precisos e designar este objeto como *a história da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos*, definição que abrange e resume outras possíveis definições. (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p. 43).

O momento de acepção do materialismo histórico com base no materialismo dialético propriamente dito (transição da filosofia marxista para a ciência da história de Marx e Engels) é marcado pela leitura dos historiadores franceses do período pós-revolução que se viu há pouco, como Augustin Thierry e François Mignet, pois, como foi dito, foram os primeiros a indagar a questão da luta de classe (no caso entre burguesia e aristocracia) e do papel das massas nas revoluções políticas e sociais. Aí então se pode falar da elaboração do materialismo histórico, o materialismo dialético aplicado à historiografia formando uma síntese cujo corpo é bem mais complexo do que a simples soma dos dois conceitos.

Marx chega à conclusão de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si próprias ou, então, pelo desenvolvimento do espírito humano, mas, sim, pelas condições materiais de existência; sendo assim, as

formas dessa sociedade civil devem ser compreendidas primeiro pelo estado econômico, que determina o estado social, que por sua vez determina o estado político. Pode-se ir mais além, o que causa o estado econômico, que é a "causa fundamental de toda evolução social e, portanto, de todo movimento histórico, é a luta que o homem trava com a natureza para assegurar sua própria existência." (PLEKHANOV, 1992, p. 30).

A mão é o primeiro instrumento de que se vale o homem em sua luta pela existência e esta servirá para produzir outros instrumentos. Quanto mais se estende o uso das ferramentas, mais aumenta o controle do homem frente à natureza. Sendo o homem esse animal que fabrica ferramentas, a seleção propriamente natural passaria então a exercer influência cada vez mais secundária sobre as modificações corporais do homem, a evolução do homem passa a ser medida, principalmente, pela evolução de suas ferramentas. Por exemplo, não foi a pele que se modificou para que o homem pudesse sobreviver em diferentes climas, mas seu vestuário. A evolução corporal do homem cede lugar à evolução técnica e esta é a evolução das forças produtivas. As forças produtivas, por sua vez, exercem influência decisiva sobre o agrupamento dos homens, pois determinam como serão as relações de produção e estas determinariam todas as outras relações que existem entre os homens.

A história humana fundamenta-se na existência concreta do homem, não apenas do homem biológico, mas do homem enquanto um ser social, o bicho homem se torna um ser humano dentro da sociedade e pela sociedade. Para cumprir seu papel na história, o homem precisa antes de qualquer coisa ter condições de viver, ou seja, suprir suas necessidades básicas como fome, sede, vestimenta, alojamento. A partir do ponto em que tais necessidades elementares são saciadas, o desejo impele à criação de necessidades novas, sublimadas, e a partir daí começa a ser feita a história, pois a ação de satisfazer essa necessidade e "o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico". (MARX; ENGELS, 2007, p. 22).

Para a realização dessas necessidades, em cada nível da estrutura da sociedade, são utilizadas as forças produtivas disponíveis e singular forma de intercâmbio (guerras e comércio), são as relações de produção. Em cada estrato do desenvolvimento humano, as condições de intercâmbio correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, as formas de intercambio obsoletas vão sendo substituídas a medida que as

forças produtivas se desenvolvem, a divisão do trabalho também vai se tornando cada vez mais elaborada, desde a divisão baseada na diferença dos sexos na sociedade tribal, passando pela divisão do trabalho entre os indivíduos da cidade e do campo, depois a especialização dos produtores separada da dos comerciantes até, enfim, a separação entre os trabalhos manual e intelectual. A produção material e suas correspondentes relações de produção constituem o modo de produção, que é a base da sociedade civil, onde os indivíduos buscam cuidar de seus interesses particulares, as suas necessidades materiais.

Considerado a história não como a história dos Estados, mas como a história das massas (nem sempre o Estado representa o interesse geral), a sociedade civil é aquilo que molda o caráter de toda a história e se apresenta numa sucessão de modos de produção, o que aqui designa "a estrutura social não mais encarada em seu relacionamento com a natureza, mas como a organização da propriedade, das funções sociais e das classes sociais" (LEFEBVRE, 2009, p. 70) e essa mudança nas formas sociais de produção acarreta mudanças também nas formas do direito e da propriedade, que começam com propriedades comuns nas tribos e se desenvolvem até as atuais formas de propriedade burguesa e as sociedades anônimas.

2.2 A concepção materialista da história

Para analisar a história, não se deve basear em conceitos ou ideias, como, por exemplo, em Hegel (1770-1831), que via a história como o autodesenvolvimento de um conceito, o de espírito universal. A história deveria, então, fundamentar-se, sim, naquilo que é empírico, positivo, devendo fazer o contrário da filosofia alemã (nas palavras do próprio Marx), que desce do céu à terra, mas fazer o caminho da terra ao céu.

> São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. [...] Toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história. (MARX; ENGELS, 2007, p. 10).

Os homens distinguem-se dos animais quando começam a produzir seus meios de existência, sua própria vida material, e para produzir seus meios de existência o homem se vale do nível de desenvolvimento dos meios de existência (forças produtivas) a que ele tem acesso. Esse mundo com o qual uma pessoa se depara, que já está pronto, vai definir *a priori* seu modo de vida.

Com o aumento da população, cresce também o intercâmbio entre os indivíduos. Tanto as relações entre diferentes nações, como também as relações intra-nacionais, dependem do estágio de desenvolvimento em que cada qual se encontra, relativamente às suas forças produtivas, à divisão do trabalho e de seus intercâmbios internos e externos. "Qualquer força produtiva nova traz como consequência um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho." (MARX; ENGELS, 2007, p. 12). Sendo assim, é por meio do desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho numa determinada nação que se revela de maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas desta.

No interior de uma nação, encontra-se a separação entre a cidade e o campo. De um lado, o trabalho agrícola e, de outro, o trabalho industrial e comercial, no início ainda unidos, mas que se separam com a ampliação da divisão do trabalho. Simultaneamente, a divisão do trabalho também toma lugar no interior dos diferentes ramos desenvolvendo-se assim diversas subdivisões entre indivíduos que cooperam em trabalhos determinados. Dentre os estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho, cada um determina as relações dos indivíduos entre si, quanto à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho. Em cada um desses estágios se perceberão "indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas." (MARX; ENGELS, 2007, p. 18). A observação empírica mostra nos fatos a ligação que há entre a estrutura social e política e a produção.

O primeiro desses estágios de desenvolvimento é a comunidade tribal (patriarcal) que corresponde

> àquele estágio rudimentar da produção em que um povo se alimenta da caça, da pesca, do pastoreio ou, eventualmente, da agricultura. Neste último caso, isso pressupõe uma grande quantidade de terras incultas. Neste estágio, a divisão do trabalho é ainda muito pouco desenvolvida e representa apenas uma divisão extensão maior da divisão natural que ocorre na família. [...] A escravidão latente na família, só se desenvolve paulatinamente com o aumento da população e das necessidades, com a extensão dos intercâmbios externos, tanto da guerra como do comércio. (MARX; ENGELS, 2007, p. 13).

O segundo desses estágios provém, principalmente, da reunião de várias tribos numa única cidade, geralmente por motivo de conquista, onde subsiste a escravidão. Ao lado da propriedade comunal do Estado, começa a se desenvolver a propriedade privada mobiliária e posteriormente a imobiliária:

> Toda a estrutura social nessa forma de associação se desagrega à medida que se desenvolve a propriedade privada, particularmente a imobiliária, e com ela se desagrega também o poder do povo. A divisão do trabalho já aparece, aqui, mais avançada. Encontramos, então, a oposição entre a cidade e o campo e, mais tarde, a oposição entre os Estados que representam o interesse das cidades e aqueles que representam o interesse dos campos. E vamos encontrar, dentro das próprias cidades, a oposição entre o comércio marítimo e a indústria. Neste estágio, as relações de classes entre cidadãos e escravos alcançam pleno desenvolvimento. (MARX; ENGELS, 2007, p. 13-4).

O terceiro estágio é popularmente conhecido como feudalismo. Esse modelo nasce de um amplo território deixado pela ruína do Império Romano e conta com uma agricultura já um tanto quanto desenvolvida. Por causa das invasões das tribos bárbaras tanto a massa de forças produtivas quanto a população haviam declinado e sob a influência da organização militar destas, emerge

> uma comunidade em face da qual não são mais os escravos, como no antigo sistema, mas sim os pequenos camponeses submetidos à servidão que constituem a classe diretamente produtiva. Simultaneamente à completa formação do feudalismo salienta-se, ainda, a oposição às cidades. (MARX; ENGELS, 2007, p. 16).

Tanto na cidade quanto no campo o que se encontrava era uma estrutura fortemente hierarquizada. Por um lado, havia um poder absoluto de uma nobreza sobre os servos, apoiada na propriedade fundiária e na suserania militar, por outro lado, nas cidades começavam a surgir as corporações, com suas relações de mestre, companheiro e aprendiz.

> Portanto, a propriedade principal consistia, por um lado, durante a época feudal, na propriedade fundiária a qual está ligado o trabalho dos servos, por outro lado no trabalho pessoal com a ajuda de um pequeno capital e dominando o trabalho de companheiros e aprendizes. A estrutura dessas duas formas era condicionada pelas relações de produção limitadas, a agricultura rudimentar e restrita e a indústria artesanal. [...] A divisão entre comércio e indústria já existia em cidades mais antigas, mas só mais tarde se desenvolveu nas cidades novas, quando as cidades foram tendo contato umas com as outras. (MARX; ENGELS, 2007, p. 17-8).

O quarto estágio corresponde à economia capitalista, que é o estágio predominante na contemporaneidade, é também o objeto de estudo da economia política, que será tratado a seguir, no decorrer do texto. O modo de produção capitalista e a transição que se deu do modo de produção feudal para o capitalismo são o ponto central da obra prima de Karl Marx, O Capital.

Sobre as consequências para os interesses de classe dessa divisão do trabalho, Marx e Engels dizem:

> A divisão do trabalho que outra coisa não era, primitivamente, senão a divisão do trabalho no ato sexual, e depois se tornou a divisão do trabalho

> que se faz por si só ou "pela natureza", em virtude das disposições naturais (vigor corporal, por exemplo) das necessidades, do acaso etc. A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. (MARX; ENGELS, 2007, p. 26-7).

Feita essa distinção, acontece efetivamente que indivíduos diferentes se ocupem das atividades manual e intelectual, havendo uma disparidade entre o consumo daqueles que trabalham diretamente na natureza e dos que se ocupam do trabalho intelectualizado e "a possibilidade de esses elementos não entrarem em conflito reside unicamente no fato de se abolir novamente a divisão do trabalho." (MARX; ENGELS, 2007, p. 27). Vê-se, então, que a relação consumo/trabalho parte de algo igualitário quando ainda não havia efetiva divisão do trabalho, se separa com este e se alcança a supressão dessa separação com a abolição da divisão do trabalho. Antes da divisão, todos os trabalhadores faziam trabalhos manuais. E a desigualdade só poderá ser reduzida à medida que todos os trabalhadores vão passando para o trabalho intelectual, num processo geracional. Isso está de acordo com a perspectiva althusseriana expressa no livro *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, quando ele afirma que a revolução social se trava no campo do aparelho educacional. Esse tópico será mais bem tratado na seção 4.2.

> A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias. A existência da cidade implica ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, portanto, da política em geral. Foi então que surgiu pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente sobre a divisão do trabalho e os instrumentos de produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 55).

As cidades que surgiam durante a Idade Média eram povoadas por servos que fugiam dos campos. Esses servos que chegavam às cidades já encontravam uma comunidade relativamente organizada e tinham que se submeter à estrutura que encontravam: ou esse servo se juntava a uma corporação, no status de aprendiz, se submetendo às leis e organização de um mestre ou se mantinha como um diarista, caso seu trabalho não exigisse mais profunda aprendizagem e, nesse caso, "nunca chegavam a criar uma organização e permaneciam como uma plebe desorganizada. A necessidade do trabalho de diaristas nas cidades criou a plebe." (MARX; ENGELS, 2007, p. 57).

Nessas cidades, havia já divisão do trabalho entre corporações de diferentes ramos, mas não internamente; dentro delas, cada aprendiz deveria estar apto a fazer tudo o que seus

instrumentos pudessem proporcionar, encontrando-se assim entre os artesãos da Idade Média um interesse particular por seu trabalho, elevando-se em alguns casos a uma habilidade artística, diferentemente do trabalhador moderno. Isso era favorecido pelo fato de haver pouca ligação entre as cidades, o que restringia assim as trocas intermunicipais, e o mercado potencial era dessa forma, reduzido. Esse aspecto foi se reduzindo à medida que o comércio foi se desvencilhando da produção e se formando uma classe de comerciantes, possibilitando as trocas além das regiões dos arredores da cidade.

> A constituição de uma classe particular dedicada ao comércio, a extensão do comércio para além dos arredores mais próximos da cidade graças aos negociantes, fizeram logo surgir uma ação recíproca entre a produção e o comércio. As cidades entram em contato *entre si*, transferem-se de uma cidade para a outra instrumentos novos e a divisão da produção e do comércio rapidamente suscita uma nova divisão da produção entre as diferentes cidades, cada uma explorando um ramo da indústria predominante. A limitação primitiva, o provincialismo, começam pouco a pouco a desaparecer. (MARX; ENGELS, 2007, p. 60).

Efeito interessante desse prolongamento das relações de comércio é que, ao se tornar o comércio um comércio mundial, tem-se assegurada a continuidade da evolução das forças produtivas adquiridas. Marx e Engels (2007) citam como exemplo as pinturas sobre vidro na Europa medieval, que, por serem técnicas utilizadas em lugares isolados, acabaram por desaparecer por falta de continuidade. “Enquanto não existirem relações comerciais para além dos arredores mais próximos, deve-se fazer a mesma invenção em particular em cada localidade” e, para haver retrocesso, “bastam puros acasos, como a invasão de povos bárbaros e até mesmo as guerras habituais, para obrigar um país que tem forças produtivas e necessidades desenvolvidas a recomeçar do zero.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 62).

A divisão do trabalho entre as diferentes cidades tem como consequência direta o desenrolar da manufatura, em localidades com menor pressão das corporações de ofício, concentração prévia de população e também um prévio acúmulo de capital, geralmente entre alguns destacados comerciantes. A atividade manufatureira desenvolveu-se principalmente nas atividades que, primeiro, dependiam do uso de máquinas, mesmo que rudimentares, e segundo, em atividades que requeressem menos habilidade, pois estas eram desvinculadas da rígida hierarquia corporativa. Por essas características, a tecelagem “foi o primeiro trabalho que recebeu impulso e teve o mais amplo desenvolvimento graças à extensão das relações comerciais. A tecelagem foi a primeira

e continuou sendo a principal atividade manufatureira." (MARX; ENGELS, 2007, p. 63). Por causa da característica não corporativa, a tecelagem era praticada, sobretudo, em aldeias e povoados menos tradicionais, que se tornaram cidades que às vezes se tornavam mais importantes que as antigas e mais tradicionais na Idade Média. Esses lugares se tornavam o novo refúgio para os camponeses, que antes vinham para as cidades fugindo da exploração nos feudos, e agora vinham para as novas cidades, fugindo da exploração e até exclusão que sofriam por parte das corporações. O declínio das corporações foi mais uma consequência da expansão do comércio.

> A expansão do comércio e da manufatura aceleraram a acumulação do capital móvel, ao passo que, nas corporações que não recebiam nenhum estímulo para aumentar sua produção, o capital primitivo permanecia estável ou até diminuía. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia; nas corporações, efetuou-se a concentração da pequena burguesia, que daí por diante não mais reinava nas cidades, como anteriormente, mas devia submeter-se ao domínio dos grandes comerciantes e *manufacturiers*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 66).

Durante esse período, as cidades portuárias intensamente comerciais alcançaram rapidamente um grau elevado de desenvolvimento enquanto se tornavam cidades de grande burguesia, ao passo que em regiões industriais no interior subsistia mais o espírito pequeno burguês.

> Esse período é também caracterizado pela suspensão da proibição de exportar ouro e prata, pelo nascimento do comércio do dinheiro, dos bancos das dívidas do Estado, do papel-moeda, das especulações sobre os fundos e as ações, da agiotagem sobre todos os artigos, do desenvolvimento do sistema monetário em geral. (MARX; ENGELS, 2007, p. 69).

Kautsky (2009, p. 29) salienta que a Inglaterra forneceu a maior parte da documentação econômica utilizada por Marx e Engels, pois o capitalismo estava "na segunda metade do século XIX, muito mais desenvolvido na Inglaterra que em qualquer outro país". A concentração da supremacia do comércio e da manufatura num único país (Inglaterra), que vinha ocorrendo sem interrupção desde o século XVII, desencadeou uma demanda mundial pelos produtos manufaturados ingleses, um mercado de nível mundial em que era impossível a oferta ser suprida pelas forças produtivas das manufaturas tradicionais, o que forçou o surgimento de um novo tipo de manufatura, que é a grande indústria, que demandava maquinário e divisão do trabalho mais desenvolvidos. "Essa demanda que ultrapassava as forças produtivas foi a força motriz que suscitou o terceiro período da propriedade privada desde a idade média, criando a grande indústria." (MARX; ENGELS, 2007, p. 70).

> As outras condições dessa nova fase, tais como a liberdade da concorrência no âmbito da nação, o aperfeiçoamento da mecânica teórica etc., já existiam na Inglaterra (a mecânica aperfeiçoada por Newton era, aliás, a ciência mais popular no século XVIII). (Quanto à livre concorrência no âmbito da nação, foi preciso uma revolução por toda parte para conquistá-la – em 1640 e em 1688 na Inglaterra, em 1789 na França.) A concorrência obrigou logo cada país que quisesse conservar seu papel histórico a proteger suas manufaturas com novas medidas alfandegárias (pois as antigas não prestavam mais nenhuma ajuda contra a grande indústria). (MARX; ENGELS, 2007, p. 70).

A manufatura já fazia parte de uma massa tão grande de indivíduos que se tornara assunto político de defesa nacional. Privilégios similares aos que antes pertenciam às corporações haviam sido estendidos a todo o território nacional, sobretudo contra a concorrência externa por direitos protecionistas e monopólios nos mercados coloniais. "Apesar desses meios de proteção, a grande indústria tornou a concorrência universal, estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno." (MARX; ENGELS, 2007, p. 71).

Em cada período ocorreram as transformações nas forças produtivas, sempre que as necessidades tornaram isso uma exigência. As grandes cidades industriais modernas brotaram como cogumelo ao invés de nascerem naturalmente como ocorria antes e os "países onde se desenvolveu uma grande indústria atuam em relação aos países mais ou menos desprovidos de indústria, na medida em que estes últimos são arrastados pelo comércio mundial na luta da concorrência universal." (MARX; ENGELS, 2007, p. 72).

2.3 O socialismo científico

A ordem social vigente, como foi mostrado, era incompatível com os privilégios locais como eram os vínculos na ordem feudal. A nascente sociedade capitalista lançou por terra a ordem feudal e levantou sobre as ruínas desta o regime da sociedade moderna, baseado na liberdade e, nesse cenário, o modo capitalista de produção já podia se desenvolver sem maiores entraves que o obstruísse. Porém, como foi visto até agora, o maior desenvolvimento das forças produtivas começa a gerar atritos com o modo de produção vigente e não poderia ser diferente com o capitalismo.

> E ao chegarem o vapor e as novas máquinas ferramentas, transformando a antiga manufatura na grande indústria, as forças produtivas criadas e postas em movimento sob o comando da burguesia desenvolveram-se em uma velocidade inaudita e em proporções até então desconhecidas. Mas, do mesmo modo que no seu tempo a manufatura e o artesanato, que continuava a desenvolver-se sob a sua influência, se chocavam com os entraves feudais das corporações, a grande indústria, ao chegar a um nível de desenvolvimento mais alto, já não cabe no estreito quadro em que é contida

> pelo modo de produção capitalista. [...] O socialismo moderno não é mais que o reflexo deste conflito material na consciência, a sua projeção ideal nas cabeças, a começar pelas da classe que sofre diretamente as suas consequências: a classe operária. (ENGELS, 1984, p. 55-6).

Com o advento capitalista trazendo novas leis de produção, as antigas associações foram perdendo força, as fronteiras se abrindo e a produção foi se unificando nas mãos de grandes produtores isolados, apresentando uma crescente organização da produção dentro de cada indústria e, para não sucumbir, as empresas vêm então expandindo e aperfeiçoando sua maquinaria, a fim de tornar sempre mais poderosa sua força de produção, é o que Engels (1984, p. 63) chamou de "o preceito imperativo, que obriga todo capitalista industrial a melhorar continuamente sua maquinaria, sob pena de perecer."

As empresas que vão sucumbindo nesse novo cenário vão sendo esmagadas e engolidas num processo de seleção natural, revelando uma clara contradição entre a organização interna nas empresas e o caos do ambiente selvagem dos mercados. Essa contradição é o que levaria, em última instância, à implantação da economia centralmente planificada na teoria marxista, que encerraria a contradição existente com uma organização, interna e externamente às empresas, promovida pelo Estado. Do ponto de vista do liberalismo, essa contradição tem sido resolvida pela tendência à concentração de mercado (*market share*) na mão de algumas mega-empresas e estas sendo reguladas por agências estatais para que não pratiquem abusos monopolísticos.

Essa concentração da produção na mão de poucos capitalistas com seu risco inerente e a necessidade cada vez mais forte de as forças produtivas serem reconhecidas por seu caráter social pelo volume de empregados nas grandes indústrias geraram nova evolução na forma de propriedade, as sociedades anônimas.

> Tanto o período de elevada pressão industrial, como a sua desmedida expansão do crédito, como o próprio *crack*, com o desmoronamento de grandes empresas capitalista, estimulam essa forma de socialização das grandes massas de meios de produção que encontramos nas diferentes categorias de sociedades anônimas. (ENGELS, 1984, p. 68).

E Engels continua dizendo que, para se proteger desses períodos de crise, os capitalistas se unem em cartéis para determinar quanto cada um irá produzir, uma produção regulada e um preço fixado, para que assim diminuam as surpresas, mas mesmo esses cartéis um dia sucumbem e isso conduz a uma socialização ainda mais concentrada, chegando a acontecer de todo um ramo industrial se converter numa única sociedade

anônima e a concorrência interna dá lugar ao monopólio. A produção inglesa de álcalis em 1890 assistiu à grande fusão das quarenta e oito empresas que concorriam no mercado formando uma única companhia com direção única e capital total de cento e vinte milhões de marcos. (ENGELS, 1984, p. 68).

Nesse tipo de episódio, o Estado tem que intervir com a regulamentação e em alguns setores o Estado passa a, inclusive, participar como agente, como no caso de correios ou estradas. Para Engels (1984) isso demonstra uma incapacidade da burguesia para dirigir as forças produtivas e a necessidade da estatização destas, objetivando efetivar o caráter social dos meios de produção. Ao proletariado, que é a grande maioria dos indivíduos de todos os países, uma classe criada pelo modo de produção capitalista, bastaria apenas arrebatar o poder do Estado para começar a converter os meios de produção em propriedades do Estado, *devendo fazer isso por meio de uma revolução*. Sobre a estatização dos meios de produção por um Estado proletário, Engels (1984, pag. 73) diz que "o primeiro ato em que o estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado." E isso tornaria, então, o Estado algo supérfluo, ele não seria abolido, mas extinguir-se-ia.

E Engels continua dizendo que a histórica divisão da sociedade em classes era uma conseqüência necessária do desenvolvimento da produção, "era condicionada pela insuficiência da produção, e será varrida quando se **desenvolverem plenamente** as modernas forças produtivas." [grifo meu] (ENGELS, 1984, p. 74). A abolição das classes sociais pressupõe

> Um grau culminante no desenvolvimento da produção em que a apropriação dos meios de produção e dos produtos e, portanto, do poder político, do monopólio da cultura e da direção espiritual por uma determinada classe da sociedade, não só se tornou de fato supérfluo, mas constitui econômica, política e intelectualmente uma barreira levantada perante o progresso. (ENGELS, 1984, p. 74).

A sociedade socialista, então, continua Engels (1984, p. 75), é uma sociedade em que todos os membros têm assegurada uma existência capaz de satisfazer suas necessidades materiais, o livre e completo desenvolvimento e exercício das suas capacidades físicas e intelectuais. É notável a semelhança com as características de desenvolvimento humano no estado estacionário como imaginado por John Stuart Mill (1983), descrito na introdução deste trabalho.

3 DO SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO

Como acabou de ser visto, Engels (1984) afirmara teleologicamente a necessidade da estatização dos meios de produção, desembocando numa economia inteira centralmente planejada pelo Estado, por conta de um colapso no capitalismo. Essa ênfase na revolução como algo necessário está muito presente na teoria marxista por conta da então ainda recente Revolução Francesa que tanta influência exerceu em Marx e Engels. Não só a Revolução, mas desde muito antes, comenta Kautsky (2006), os parisienses já exerciam pressão sobre o governo, por meio de repetidos levantes armados, para lhe arrebatarem concessões.

Porém a Revolução Francesa abriu caminho para o liberalismo e o socialismo é herdeiro legítimo desse ambiente liberal, como grande movimento histórico que foi, por mais que este tenha nascido em prol do desenvolvimento do capitalismo, foi na sua origem "um contramovimento à opressão em nações sob instituições impostas de fora ou tendo uma justificação apenas na tradição, o liberalismo pretendeu primeiro a sua realização como o princípio de soberania da época e do povo" (BERNSTEIN, 1964, p. 123). E dessa forma, o socialismo deve ser buscado não por meio da revolução armada, mas pacificamente, apoiado na liberdade conferida pela democracia.

Alguns discípulos de Marx já apresentavam esse tipo de divergência, apesar de ainda se manterem fiéis ao cerne do pensamento marxista, essa corrente foi chamada de revisionista, tendo como principais expoentes Karl Kautsky e Eduard Bernstein. Bernstein (1964) afirma que a gradual reforma legislativa no sistema capitalista diminui a severidade das crises nas relações entre o capital e o trabalho, causando efeito nas lutas de classes que vão se tornando menos agudas e o proletariado vai alcançando direitos importantes no desenvolvimento político, a necessidade da revolução socialista cedendo lugar a uma prudente e gradual eliminação dos efeitos nocivos do capitalismo.

Esse aspecto do mais além da revolução é de extrema relevância na dedução do materialismo histórico como guia para o desenvolvimento futuro. O filósofo marroquino Alain Badiou afirma na seguinte passagem:

> A importância do desenvolvimento de uma teoria sobre as formas de transição para o socialismo e o comunismo é algo que nenhum marxista pode

> deixar escapar. O conhecimento científico destas formas orienta de fato, diretamente, toda a atividade econômica, política, jurídica, e ideológica da "construção do socialismo" e da "transição ao comunismo". (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p. 35).

Há ainda um outro problema. Não apenas há dúvidas quanto à forma como se dá a passagem da sociedade capitalista para a socialista, mas o problema maior ainda é a definição do que é socialismo.

> Se pedíssemos a um certo número de homens de qualquer classe ou partido que nos desse, numa fórmula concisa, uma definição do socialismo, a maioria deles ficaria confusa. Aquele que não se limitar a repetir, ao acaso, alguma frase que ouviu algures, deve primeiro pretender aclarar para si próprio se tem de definir um estado, um movimento, uma percepção ou um propósito. [...] Nalguns casos, concepções fundamentadas sobre princípios inteiramente diferentes são as bases para essa variedade de explicações, mas, na sua maioria, são apenas os resultados de observar e representar uma e a mesma coisa de diversos ângulos e pontos de vista. (BERNSTEIN, 1964, p. 87).

Ou seja, cada autor trata o termo socialismo a sua maneira, alguns levam em conta os aspectos jurídicos ou chamam socialismo a causa operária ou até mesmo chamam socialismo a significação de uma economia cooperativa.

3.1 O significante social-ismo e algumas inferências

O sufixo *-ismo* tem a sua origem no grego *-ismós* que veio até o português pelo termo latino *-ismus*. Numa primeira análise, o sufixo permite construir substantivos abstratos. O *ismo* é um sufixo que encerra em si mesmo um projeto de doutrinação, é um formador de nomes que indicam ação, intensidade, estado, condição. Já o radical *social* tem origem no latim *socius*, que significa companheiro, sendo assim, sociedade é uma associação entre vários indivíduos, mais ainda, entre vários companheiros, o que implica desde o princípio que numa sociedade haja o compartilhamento de interesses e preocupações mútuas entre seus membros e também objetivos comuns. Sendo assim, será chamado socialismo tudo o que tiver o social como foco, o social como objeto.

Tomando isso por base, chamar-se-á de *sociedade socialista* aquela cujos integrantes demonstram preocupação e interesse social, apesar de que, pela própria definição feita acima, toda sociedade é socialista; o que diferencia o princípio socialista entre duas sociedades ou na mesma sociedade em dois períodos diferentes do tempo não é qualitativo, mas quantitativo (o simples fato de haver um agrupamento em sociedade já caracteriza presença de socialismo, mesmo que em grau ínfimo, como numa sociedade escravagista). Não há uma delimitação clara para que se possa denominar uma

sociedade como socialista, a cada momento ter-se-ão critérios diferentes para essa classificação e o passo do avanço da consciência social não se dá de forma discreta, e sim marginal. De toda maneira, devem ser chamadas socialistas as sociedades cujas camadas mais baixas já apresentam um padrão de vida satisfatório, apresentando condições suficientes para concorrer às oportunidades e assim se desenvolverem.

O *modo de produção socialista* tem sido definido pelo avanço do capitalismo gerando as grandes empresas, e a pulverização do capital destas nas mãos de mais e menores acionistas (a socialização do capital físico) e também o incremento do capital humano, o advento das inovações no maquinário demanda trabalhadores mais qualificados, ou seja, maior capital humano e o pagamento pelo capital humano é o que propicia ao trabalhador cada vez mais fazer parte do capital social de diversas grandes empresas comprando cotas de ações. Os trabalhadores são agora mais especializados e se mantêm evoluindo, fazendo que o capital humano se valorize frente ao capital físico.

O capitalismo é a forma pela qual se apropria do lucro por meio do investimento em capital físico, porquanto, no socialismo, apropria-se do lucro por meio do aumento do capital humano. O desenvolvimento socialista também implica que as pessoas desejem investir em capital, no caso humano. O capitalismo vem necessariamente antes porque, tal qual foi necessário primeiramente a expansão mercantil para que se tornasse viável a capitalização das manufaturas, é com o aumento do estoque de capital físico que se torna atraente a ideia de as pessoas investirem em si mesmas, isto é, em capital humano, essa unidade individual. Com o aumento do estoque de capital físico em altíssimos níveis, torna-se atraente a ideia de se investir no seu capital humano até para as pessoas mais conformistas e menos arrojadas. Desejar que o nível de salários simplesmente aumentasse seria uma atitude idealista e infundada, o nível de salários deve aumentar se os indivíduos conquistarem salários mais elevados, ou seja, se investirem em si mesmos, sendo, então, o papel de uma política socialista não o de nivelar a renda, mas o de proporcionar as condições para que cada indivíduo procure e consiga aumentar a sua própria, isso é materialismo em essência.

Em diversos momentos Marx e Engels falam do colapso do capitalismo como algo inevitável, posto que o incremento cada vez maior de capital geraria maior produção, mas o salário se manteria estabilizado nos baixíssimos patamares em que se encontrava na época deles, o que geraria uma crise de superprodução, ou subconsumo, que tornaria

o operariado cada vez mais insatisfeito até que este partiria para a derrubada do governo promovendo assim a revolução proletária. Parece que, naquele momento, eles não contavam com a possibilidade ou, melhor dizendo, a necessidade, de o operariado ter de melhorar continuamente a si mesmo para acompanhar o melhoramento tecnológico, talvez esse descuido se deva ao fato de que na época o conceito de capital humano ainda não havia sido desenvolvido, mas o fato é que se percebe um erro de cálculo tal qual aquele que Thomas Malthus incorreu ao prever o colapso da população mundial por conta de não ter previsto um melhoramento na produção agrícola. Assim também concorda Kuznets (1974, p. 114), para ele, as rápidas mudanças ocorridas na primeira metade do século XX observadas nos países desenvolvidos "contrastam fortemente com as tendências na natureza da força de trabalho empregada vista por economistas tais como o inglês David Ricardo e o alemão Karl Marx." Esperava-se que o maior deslocamento para o *status* de empregado se daria com uma remuneração suficiente apenas para manter um nível mínimo de subsistência e que isso aumentaria sua consciência de classe. Ao contrário, Kuznets (1974) percebeu que tem havido uma redução considerável na parcela de operários não-especializados e um aumento crescente na proporção de empregados não ligados diretamente ao processo de produção material no universo de empregados dos países desenvolvidos, tema que será melhor discutido na seção 4.2.

E, por último, *governo socialista* é todo governo escolhido pela sociedade e que governe para esta, ou seja, um governo democrático que tenha ênfase em políticas sociais (todo governo não democrático, por mais que objetive políticas verdadeiramente socialistas, não são socialistas, pela sua essência). Não está sendo falado aqui apenas de governos populistas/paternalistas, mas todo aquele cujas políticas em áreas como saúde e educação recebem ênfase num programa de governo que busque a justiça social. "A natureza das leis dessa comunidade que, em cada caso, dá, sem dúvida alguma, a ideia mais concentrada do seu caráter." (BERNSTEIN, 1964, p. 87).

3.2 Revolução X Reforma

Percebe-se que a presença de socialismo refere-se a uma ordem de sociedade baseada no princípio da associação e Bernstein (1964) escreve que, por esse conceito, podem se expressar tanto as relações econômicas quanto jurídicas. De acordo com o socialismo científico de Friedrich Engels, as precondições para o estabelecimento do socialismo é de caráter político-econômico, demanda um grau avançado de desenvolvimento capitalista e a soberania política por parte da classe trabalhadora; a expansão das empresas capitalistas na indústria e na agricultura é a causa material para a transformação socialista da sociedade e esta é conseguida por meio de um proletariado organizado em partido de classe e este se apoderaria do poder político para realizar essa transformação.

Quanto à primeira condição, o socialismo revolucionário depende da superconcentração dos negócios nas grandes empresas, tanto no setor industrial como na agricultura, e também no comércio e na distribuição, para que se possa realizar a segunda condição, que é o arrebate do poder político. Após a análise de dados de diversos países, Bernstein (1964) chega à conclusão de que se o pressuposto do socialismo é que as pequenas empresas desapareçam, então é melhor abrir mão desse sonho.

> Se a melhoria contínua dos métodos técnicos e a centralização de negócios num crescente número de ramos da indústria é um fato cujo significado dificilmente alguns loucos reacionários podem esconder de si próprios, é um não menos solidamente estabelecido fato que, numa série inteira de ramos da indústria, os empreendimentos de pequena e média envergadura parecem bastante capazes de existir e sobreviver lado a lado com as grandes unidades industriais. (BERNSTEIN, 1964, p. 59).

Não há um padrão que se aplique quanto a isso, há negócios conduzidos de uma ponta à outra em linha de produção e que podem sobreviver como empresas pequenas e médias, enquanto que há ramos de atividade que pareciam não correr risco de ceder lugar e acabam sendo completamente absorvidos pelas grandes organizações. Uma série de circunstâncias facilita a renovação das pequenas empresas, não é em todos os ramos que se percebe uma vantagem comparativa entre a grande e a pequena empresa, é o caso, por exemplo, de vários ramos da carpintaria, metalurgia leve e serralheria. Há casos também em que o produto tem de ser acessível aos consumidores e nesses casos pequenos estabelecimentos são até favoráveis, como no caso das padarias. “Se apenas o

lado técnico fosse considerado, a panificação já estaria há muito tempo absorvida pelas grandes indústrias.” (BERNSTEIN, 1964 p. 60). Isso se verifica sempre comumente quando a prestação de serviços e o trabalho produtivo estão combinados, como no caso de mecânicos, borracheiros, sapateiros e relojoeiros, “as reparações e o serviço de loja manterão vivas existências independentes de pessoas que representam, na sua maioria, embora não na totalidade, setores de renda proletária.” (BERNSTEIN, 1964 p. 60).

Não se podem esquecer os casos em que a própria grande indústria é a responsável pela geração de indústrias menores; indústrias montadoras executam grande parte da manufatura, mas o processo de acabamento é feito por empresas menores e pela grande indústria também, aumentando a oferta de produtos semimanufaturados, gerando um barateamento de materiais de trabalho que são empregados em outras indústrias menores. Tem-se também o fenômeno cada vez mais comum das terceirizações, que facilitam a vida das empresas contratantes ao retirar de sua competência alguns setores menos importantes, permitindo assim um maior foco na finalidade da empresa, no que ela é de fato especializada. Não é difícil enxergar que essa política empresarial abre caminho para empresas menores de diversos ramos como limpeza, segurança e logística.

Com tudo o que acaba de ser dito acima, percebe-se que nem sempre as grandes indústrias absorvem continuamente as pequenas, na verdade, até podem crescer a seu lado e isso também é válido para o comércio. Bernstein (1964, p. 63) diz que tal qual é uma ilusão que a grande indústria absorva as de menor envergadura, pelo menos num curto prazo, também o é esperar que os grandes armazéns e magazines o façam com o pequeno varejo. Quando esses grandes varejos se estabelecem, afetam os negócios dessa região, mas os pequenos negócios acabam por dar uma reformada em suas formas e métodos de trabalhar, se rearranjando, “sempre encontrarão um meio de concorrer com as grandes lojas e de fazerem uso de todas as vantagens que as associações locais lhes oferecem.”

Já no tocante à agricultura, o assunto é ainda mais delicado. Enquanto a ascensão das grandes empresas é apenas bem mais lenta do que supuseram os escritores marxistas que propagandeavam a revolução, a agricultura nos países desenvolvidos tem mostrado uma estabilização e até retrocesso quanto ao tamanho das propriedades. Mesmo na Inglaterra, em que Marx (1996a) dizia que 150 pessoas eram donas de metade das terras

na Grã Bretanha, Bernstein (1964, p. 67) mostra, utilizando dados da época, o absurdo de tal afirmativa e mais, na década de 1885 a 1895, percebe-se incremento substancial nas pequenas e médias propriedades, enquanto diminuição no número de propriedades com mais de 200 hectares, que são as consideradas grandes propriedades. E mais, teoricamente, a Inglaterra deveria ter maior concentração de terra que na Alemanha, posto ser a Inglaterra a economia capitalista com maior desenvolvimento no mundo naquele momento, porém o que se verificou foi o contrário.

> A concentração de empresas não é aqui realizada na forma de anexação de uma sempre maior parcela de terra a fazenda agrícola, como Marx viu no seu tempo, mas, de fato, na forma de intensificação do cultivo, transformação nos processos de cultivo que requerem mais mão-de-obra para uma área determinada, ou manutenção de gado superior. (BERNSTEIN, 1964, p.68).

Com o que foi visto, conclui-se que em qualquer um dos setores produtivos não se verifica a concentração necessária dos negócios nas mãos de poucas empresas, cada vez maiores. E isto também não se verifica quanto à concentração da renda, pois seria a cada vez maior insatisfação por parte das classes menos abastadas que empolgaria um levante revolucionário, pelo qual o proletariado arrebataria o poder político. A pirâmide de renda não parece demonstrar maior concentração em nenhum dos pólos, "o que se lhes tira em cima num lugar, elas o suplementam debaixo noutro, e recebem compensação de cima num lugar, para o que lhes caiu de suas colunas de baixo." (BERNSTEIN, 1964, p. 69). Na verdade esse gráfico tende se parecer cada vez mais à forma hexagonal, com um incremento nas classes medianas. E se o colapso da sociedade moderna depender do desaparecimento dessas colunas intermediárias, que estão projetadas entre o vértice e a base, ou seja, a absorção das classes médias pelos extremos, tanto acima quanto abaixo delas, então a efetivação não está mais próxima de se verificar agora do que estava no princípio do século XIX.

> No intuito de mostrar quão enganadoras são as ideias formadas a tal respeito e de que maneira a mais crassa e moderna forma de centralização capitalista exerce, de fato, um efeito bastante diferente sobre a distribuição da riqueza do que aos de fora parece ter. (BERNSTEIN, 1964, p. 48).

Bernstein (1964) pega, então, dados da participação acionária em empresas com grande centralização de mercado na Inglaterra e mostra como funciona o fracionamento da participação nas suas ações. Mostra que a grande maioria dos acionistas não é acionista de grande porte, nem sequer merece o título de capitalista. E essa divisão da riqueza nacional foi novamente demonstrada nos números relativos à renda.

> É, pois, completamente errado supor que o atual desenvolvimento da sociedade mostra uma diminuição relativa ou mesmo absoluta do numero de membros das classes com posses. O seu número sobe tanto relativamente como absolutamente. Se a atividade e as perspectivas da democracia social dependessem da diminuição do número de "ricos", então poderia ir descansar e dormir. Mas o caso é inverso. *As perspectivas do socialismo dependem não do decréscimo, mas do aumento da riqueza social*. [grifo do autor deste trabalho] (BERNSTEIN, 1964, p. 52).

Se a sociedade tivesse sido constituída ou se desenvolvesse da maneira como as primeiras teorizações, ainda imaturas, do socialismo científico supunham, seria uma questão de tempo para que a concentração da riqueza se tornasse insuportável e tudo fosse redistribuído pela via revolucionária. Porém, como foi escrito anteriormente, o materialismo dialético está longe de ser uma dialética simples pelo seu caráter de superdeterminação, a sociedade se mostra cada vez mais longe de simplificar suas divisões e quando comparada com períodos de tempo anteriores, fica clara a tendência de maior escalonamento e diferenciação, tanto da renda, como das atividades de negócio.

> E se não tivéssemos ante nossos olhos o fato empiricamente comprovado por estatísticas de rendas e negócios, poderia ser também demonstrado, por argumentos puramente dedutivos, como a conseqüência necessária da economia moderna. (BERNSTEIN, 1964, p. 53).

O que caracteriza o moderno estilo de produção é o grande incremento no poder produtivo da mão-de-obra, por meio do maior estoque de capital físico. E então Bernstein (1964) pergunta: para onde vai todo esse excedente de produção? Poderia se supor que este iria para a exportação, como de fato boa parte vai, mas o cliente estrangeiro também paga em artigos e, quanto mais rico é um país, maior a sua importação de artigos estrangeiros. Para o consumo desses artigos, só se pode contar com uma diminuição crescente do número relativo de magnatas, ou seja, um aumento da riqueza do proletariado e da classe média, aumento esse que é saudável não só para o socialismo, o que é evidente, como também para o capitalismo, pois esse aumento de salários ocasiona um aumento da demanda agregada, o que implica numa expectativa de lucro crescente, implicando num maior investimento, estimulando a economia.

Essa idéia só se tornou dedutível após a publicação da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, em 1936, de John Maynard Keynes (1883-1946). Os socialistas descobriram na teoria keynesiana uma política econômica precisa para a gestão de economias capitalistas, com todas as suas vicissitudes.

> A revolução keynesiana – e foi verdadeiramente uma revolução – forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, a justificativa para seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora. (PRZEWORSKI, 1989, p. 53).

O keynesianismo veio primeiramente para assegurar uma política que reduzisse os males em períodos de depressão, combatendo principalmente o desemprego e a diminuição no fundo de salários ocasionados nesses períodos, o que apenas atenua a depressão. A economia poderia e até deveria receber algum tipo de regulação e esse papel ativo do Estado interviria intensificando continuamente o bem-estar dos cidadãos e dessa forma, o keynesianismo não só justificava a participação socialista no governo, mas também, e mais importante ainda, era "uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores." (PRZEWORSKI, 1989, p. 53).

> Anteriormente, todas as demandas por aumento do consumo eram consideradas contrárias aos interesses nacionais: salários mais elevados implicavam menores lucros e, portanto, redução das oportunidades de investimentos e desenvolvimentos futuros. A única resposta concebível para a crise consistia em cortar os custos de produção, ou seja, os salários. (PRZEWORSKI, 1989, p. 53).

O que se percebe aqui é que o aumento nos salários, que até então fora visto como algo que impedia o desenvolvimento, passou a ter fundamentação teórica para o contrário, passando a ser visto como um estímulo a economia nacional. Nas palavras de Przeworski (1989, p. 54), "os interesses específicos de curto prazo dos operários e de outros que consumiam a maior parte de sua renda coincidiam com os interesses de longo prazo da sociedade como um todo." E ele continua dizendo que "a adoção das ideias keynesianas não tardou a levar os social-democratas a desenvolver uma ideologia abrangente sobre o estado de 'bem-estar'."

Tudo o que está sendo dito revela que não é a propriedade dos meios de produção que o Estado deve buscar, como dizia Engels (1984), mas a autoridade para regulamentar quando for preciso, racionalizando a economia como um todo e a orientando para o bem-estar geral, algo similar às políticas adotadas nesse último período de crise, que teve início em 2007. A regulamentação estatal quando necessária para amenizar os efeitos do livre mercado torna a ideia da estatização dos meios de produção além de desnecessária, desaconselhável. E como diz Przeworski (1989), **esse projeto era economicamente viável, socialmente benéfico e politicamente praticável num ambiente democrático.**

Caso se devesse esperar que a renda e os meios de produção se concentrassem nas mãos de apenas poucos indivíduos, a verdadeira política socialista, ou seja, a política a ser adotada por um partido socialista que objetivasse acelerar o socialismo, não seria melhorar a condição de vida da sociedade e a distribuição de renda, mas ao contrário, acelerar a concentração de renda e piorar a qualidade de vida, para acelerar a revolução. O grande erro cometido por antigos escritores marxistas, muitos dos quais eram muito mais militantes do que cientistas, reside no fato de identificarem o capital com os capitalistas ou detentores de riqueza. A composição orgânica do capital implica a ideia de que a composição do capital muda, o capital físico aumenta para o número de operários e o aumento absoluto do capital implica a diminuição relativa do operariado. "Mas, em conformidade com Marx, é essa, precisamente, a forma característica da moderna evolução." (BERNSTEIN, 1964, p. 55). E esses trabalhadores que vão se tornando abundantes têm sido empregados pelo novo incremento de capital lançado no mercado, assim, se o estoque de capital aumenta isso é seguido com aumento e melhoria da mão-de-obra e o aumento no preço do trabalho humano é representado por "um maior aperfeiçoamento da maquinaria e por uma melhor organização na indústria, e por uma divisão mais equitativa do produto excedente. Ambos são vantajosos para o bem-estar geral." (BERNSTEIN, 1964, p. 116).

Esses escritores militantes pretendiam inclusive antecipar a previsão engelsiana de que se deveria esperar pela concentração de mercado que o liberalismo conduziria (previsão necessária apenas se empregada dialética hegeliana). Para eles, deveria tomar-se posse da produção e distribuição o quanto antes, caso que ocorreu em vários países durante o século XX, como fora visto no início deste trabalho. Com poucas empresas essa tarefa já exigiria muito de critérios como conhecimento prático e uma administração suficientemente não-burocrática, imagine com o sem-número de empresas que existem hoje, quanto trabalho seria necessário para gerir esse organismo, se é que isso seja possível. As experiências do então chamado "socialismo real" demonstraram que não.

3.3 O socialismo democrático ou socialismo reformista

Posto que precondição para a revolução proletária, a hiper-concentração dos meios de produção e da riqueza não se torne cada vez mais gritante, chega-se à conclusão de que para a sociedade atual se tornar socialista de fato, ou seja, uma sociedade cujo poder político esteja trabalhando enfaticamente pelo social, este deve ser alcançado não pela

via da força, revolucionária, mas por outro meio. Posto que o caminho da democracia já se encontre aberto, diferentemente do que acontecia até poucos anos atrás, como no cenário da Revolução Russa, a conquista do poder político pode, e deve, ser alcançada por via da luta parlamentar, usando-se do direito do voto.

Não se pode deixar de lembrar aqui que a via revolucionária foi considerada quase inevitável por Marx e Engels, principalmente na juventude do materialismo histórico. Mas não se pode esquecer que naquele momento a Europa ainda vivia num ambiente um tanto quanto despótico e onde havia democracia, esta estava atrelada ao direito apenas para os detentores de posses, a luta política naquele momento era pelo avanço da democracia, e além disso, muitos marxistas acreditavam que mesmo que não fosse o único caminho possível, a revolução seria o caminho mais curto.

Porém, como já foi dito, só pode haver socialismo de fato quando este se apoiar na democracia. Há um enorme problema quanto à definição do construto democracia, como elucida Schumpeter (1961), pois democracia é um sistema político, ou seja, um arranjo institucional e, sendo assim, suas decisões nunca poderão estar isentas das condições históricas. Mas, sendo método político, pode-se elucidar por quem e como essas decisões são tomadas ou governadas, chegando-se, então, à definição clássica de democracia, como governo do povo. Porém, exceto no caso da democracia direta, o governo não pode ser dirigido diretamente pelo povo e o termo democracia ficaria mais bem definido por governo aprovado pelo povo. Ainda assim há o um grande problema, pois o termo abrange tantos significados quantos forem as combinações possíveis entre os significados dos significantes **povo** (*demus*) e **governo** (*kratein*).

Quanto ao primeiro, o povo, tem-se o problema de definir quem é “o povo”. Dependendo da época e lugar, pode-se excluir deste os escravos ou as mulheres ou qualquer outra categoria social vítima de discriminação social. Não se pode (do ponto de vista da liberdade) considerar antidemocrática uma sociedade em que as mulheres ou os menos abastados não podem votar e considerar democrática outra, em que são os menores de idade aqueles que não votam. Em cada época, diferentes grupos são considerados “o povo”.

Quanto ao segundo, há um sem número de *modus operandi* em qualquer governo, sempre difíceis de explicar, são poderes legais do quadro institucional, importantes tanto como ponto de apoio para a forma de governo, como para suas limitações.

> A filosofia da democracia do séc. XVIII pode ser expressa da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade. (SCHUMPETER, 1961, p. 305).

Essa descrição não apresenta grandes problemas, exceto pela dificuldade de como fazer a democracia funcionar. Afinal de contas, não dá para aceitar a existência de um bem comum determinado e compreendido por todos. Para uns grupos, o bem comum maior da nação seria se armar até os dentes para proteger suas fronteiras, para outro, este seria que o país se desenvolvesse internamente e por aí vai. Não encontrando essa confluência de ideias em relação ao que é bem comum, continua Schumpeter (1961), cai por terra o conceito de vontade do povo ou, em termos utilitaristas, a *volonté générale*, pois, sendo esta derivada das vontades individuais, precisaria haver um centro de atração (o bem comum) para onde estas convergiriam, nos moldes do imperativo categórico kantiano.

Mas, passando por cima dessas dificuldades, a democracia ainda é o arranjo institucional, no qual o povo ou, melhor dizendo, a sociedade, é quem escolhe seus representantes, que formarão o executivo nacional. “A teoria corporificada nesta definição deixa suficiente espaço para o devido reconhecimento do papel vital da liderança.” (SCHUMPETER, 1961, p. 328). Está aqui então o papel da luta pela liderança, corporificada por um sujeito que, por meio de uma competição pelos votos dos eleitores, adquire o poder de tomada de decisões políticas, estando sempre presente a competição pelo apoio do povo; nas palavras do próprio Schumpeter, a democracia seria definida na forma de uma concorrência livre pelo voto livre.

Pondo em termos marxistas, Bernstein (1964, p. 118), referindo-se ao impasse da definição de democracia, chega à conclusão de que é mais fácil definir democracia não pelo que ela é, mas por aquilo que ela não é e não é um governo de classe. É a supressão do governo de classes, por menos que seja a supressão das classes.

> A resposta parece muito simples. Para começar, pensar-se-ia ficar tudo arrumado com a definição: “governo pelo povo”. Mas mesmo uma pequena meditação logo nos diz que, por essa definição, apenas nos é dado um conceito muito superficial e puramente formal, enquanto a maioria das

> pessoas que hoje usam a palavra democracia a entendem por algo mais do que uma simples forma de governo. Estaremos muito mais próximos da definição se nos exprimirmos negativamente e considerarmos a democracia como uma ausência de governo de classes, como indicação de uma condição social onde um privilégio político não pertence a qualquer classe, em oposição à comunidade inteira. [...] A ideia de democracia inclui, no conceito contemporâneo, uma noção de justiça – uma igualdade de direitos para todos os membros da comunidade e, nesse princípio, o governo da maioria, para o qual, em todos os casos concretos, a vontade da maioria se estende e encontra seus limites.

Os socialistas da segunda metade do século XIX já haviam percebido esse caráter da abolição do governo de classes que a democracia poderia proporcionar e nesse período se verificou uma onda de fundações de partidos socialistas por toda a Europa. Segundo Przeworski (1989, p. 19), os socialistas estavam decidindo por participar do processo político e onde este ainda não fosse suficientemente aberto, eles lutavam por essa abertura. O objetivo era ampliar o princípio democrático "da esfera política para a social, a qual, na verdade, é principalmente econômica."

No início do século XX, antes que a questão do regime autocrático soviético entrasse em cena, a relação entre socialismo e democracia parecia muito clara, principalmente aos expoentes da ortodoxia socialista e, na verdade, os próprios socialistas "afirmavam ser os únicos e verdadeiros democratas." (SCHUMPETER, 1961, p. 287). Numerosos socialistas não viam problema em arrebatar à força, por meio de violência e terror, os meios para a conversão e, depois de implantado o socialismo, se abrir novamente à democracia. Era esse, aliás, o objetivo soviético, apesar de que Hobsbawm (1994) escreve que esse período de terror durou até a morte de Stalin. Porém, o democrata sincero não aprovaria uma atuação desse tipo.

> Forçar o povo a aceitar alguma coisa que se acredita boa e gloriosa, mas que ele não quer realmente (embora se possa esperar que goste depois de conhecer os resultados), constitui o próprio sinal revelador da crença antidemocrática. [...] De qualquer maneira, qualquer argumento em favor da anulação da democracia durante os períodos de transição constitui, na realidade, excelente oportunidade para evitar a responsabilidade por essa mesma ação. Soluções provisórias desse tipo podem durar centenas de anos. (SCHUMPETER, 1961, p. 289).

A respeito de forçar o povo a aceitar uma coisa que se acredita boa, Schumpeter (1961) propõe a seguinte abstração mental: imagine-se que uma pessoa acostumada a viver numa sociedade aberta fosse transportada para um lugar onde práticas como perseguição aos judeus ou aos negros fossem corriqueiras. A questão aqui seria se essa pessoa aprovaria uma constituição democrática que aprovasse tais resultados, contra uma não democrática que os evitasse? Em outras palavras, sua confiança na forma

democrática seria independente da desejabilidade dos resultados. Caso a preferência fosse por não aprovar, essa pessoa não estaria agindo diferentemente de um obcecado socialista, como Stalin, pela disposição a aceitar métodos não democráticos em favor de uma ideologia, no caso a liberdade (que não se confunda liberdade com democracia). E a compreensão da "validez relativa de suas convicções e defendê-las resolutamente é o que distingue o homem civilizado do bárbaro." (SCHUMPETER, 1961, p. 297).

Durante o século XX isso foi visto em vários regimes: após uma revolução vitoriosa, um grupo dominante se instala no poder prolongando-o indefinidamente ou às vezes adotando a forma, mas não a essência da democracia. Por outro lado, há grupos socialistas que defendem os ideais democráticos da maneira como são entendidos pela maioria de nós, como a maioria dos socialistas de países como a Bélgica, Holanda, Alemanha e os da Escandinávia. Do ponto de vista dessa gente e também do próprio Schumpeter, o sistema russo não consistiu num autêntico socialismo, estando mais para uma aberração e, mais à frente neste trabalho, será feito um esforço para expurgar o ideal stalinista do corpo filosófico marxista.

Bernstein (1964) escreve que, numa democracia, os partidos políticos defendem interesses diferentes, para diferentes interessados e assim também são os partidos socialistas. "Mesmo que façam exigências superiores ao que seriamente pensam, para assim abrir caminho aos compromissos inevitáveis – e a democracia é a escola superior do compromisso – devem, apesar disso, ser razoavelmente moderados." (p. 119). Ele continua dizendo que o sufrágio universal faz finalmente dos cidadãos virtuais sócios da sociedade e diz que essa associação virtual conduz a uma associação efetiva. Explicando isso, ele continua dizendo que uma classe trabalhadora culturalmente subdesenvolvida tem no direito de voto algo muito parecido com o direito apenas de escolher quem será o seu carrasco, mas com o discernimento cada vez maior isso vem mudando e o direito do voto se converte "no mecanismo pelo qual se transformam os representantes do povo em verdadeiros servidores do povo."

Esses partidos socialistas que se empenharam e firmaram compromisso com a forma democrática, fundamentando-se na ideia de que a democracia não só era necessária, mas também suficiente para se atingir o socialismo, são os partidos chamados de social-democratas.

> Enquanto aqueles que acabaram por se tornar comunistas consideraram a Revolução Russa a prova de que a insurreição vitoriosa era sempre possível, para os social-democratas a necessidade de depender da insurreição de uma minoria significou apenas que as condições para o socialismo ainda não se encontravam maduras. [...] Como estavam absolutamente convencidos que tais condições teriam lugar com o desenvolvimento do capitalismo, os social-democratas não se angustiaram com reveses eleitorais, que interpretaram apenas como um sinal de que a hora ainda não havia chegado. (PRZEWORSKI, 1989, p. 32).

Dentre esses partidos social-democratas, merecem destaque: o partido alemão, SPD, que cresceu de 125 mil votos em 1871, para quase um milhão e meio em 1890 – tornando-se o maior partido da Alemanha com 19,7% do eleitorado - e saltando para quase 4,5 milhões antes da Primeira Guerra Mundial, quando alcançou a porcentagem de 34,8% do eleitorado, mais que o dobro em relação ao segundo maior partido. Na primeira eleição com sufrágio universal, em 1907, os social-democratas finlandeses conseguiram 37% dos votos. O partido social-democrata austríaco obteve 21% dos votos em 1907, quando o direito de voto foi estendido a todos os homens e em 1919 conquistaram a maioria relativa dos eleitores com os nada singelos 40,8% dos votos. O partido dinamarquês obteve 4,9% dos votos na primeira eleição que disputou, em 1884, caiu para 3,5% em 1889 e daí em diante nunca mais parou de subir, chegando aos 46,1% dos votos nas eleições de 1935. O partido sueco, que também teve um início humilde alcançando 3,5% dos votos em 1902, já contava com 9,5% dos votos em 1905 e saltou para 28,5% em 1911, obtendo a maioria relativa em 1917, com 39,1% dos votos. O Partido Trabalhista da Noruega contava com apenas 0,6% dos eleitores nas eleições de 1897 e cresceu paulatinamente até que em 1915 sua participação já havia chegado a 32,1%. (PRZEWORSKI, 1989, p. 32-3).

A força desses partidos “residia nos números, e as eleições são uma expressão da força numérica. Portanto, o sufrágio universal parecia garantir a vitória socialista, se não imediatamente, com certeza num futuro próximo.” (PRZEWORSKI, 1989, p. 30). Apesar de que hoje, com um discernimento cultural suficientemente satisfatório das classes operárias, que é a mais volumosa, quase todos os partidos políticos, inclusive no Brasil, podem ser chamados de social-democratas, posto que, caso não se adequem a isso, estão com os dias contados. Só seria possível não ser um partido social, dentro de uma democracia, quando o direito do voto estivesse atrelado a algum tipo de riqueza, como renda ou terra.

> Toda atividade prática da democracia social está dirigida no sentido de criar circunstâncias e condições que tornem possível e garantam uma transição (isenta de erupções convulsivas) da moderna ordem social para outra mais evoluída. (BERNSTEIN, 1964, p. 120).

Quando escreveu isto, Bernstein não pretendeu dizer que a democracia social pretende aniquilar a atual sociedade e fazer de todos os seus membros novos proletários, mas pretende, sim, elevar o trabalhador de uma situação social de proletário para a posição de cidadão, tal qual no estado estacionário proposto por John Stuart Mill (1983), tornando a cidadania um direito universal. "A finalidade de todas as medidas socialistas, mesmo daquelas que parecem, exteriormente, medidas coercitivas, é o desenvolvimento e garantia de uma livre personalidade." (BERNSTEIN, 1964, p. 122). Em relação às medidas exteriormente coercitivas, Bernstein explica que há medidas que, quando se inclui a coerção, se aumenta mais do que se retira da soma total de liberdade na sociedade e cita como exemplo a fixação de um número máximo de horas diárias de trabalho. É uma medida coercitiva posto que proíbe a livre venda de mais do que tantas horas de trabalho por dia, porém é uma política na mesma mão do liberalismo, posto aumentar a liberdade na sociedade; destaca ainda mais: não foi por acidente que o primeiro país em que "um número máximo de horas diárias de trabalho se fixou foi a Suíça, o mais democraticamente progressivo país da Europa, e a democracia é tão-só a forma política do liberalismo." (BERNSTEIN, 1964, p. 123).

E Bernstein (1964, p. 124) continua dizendo que não há pensamento liberal que não pertença aos elementos do ideário socialista, inclusive o princípio da responsabilidade econômica pessoal, pois sem responsabilidade não há liberdade e se deve pensar na liberdade de ação do homem, "por ser o único fundamento da lei moral e a única condição para que a moralidade seja possível." E o reconhecimento dessa responsabilidade individual é "a retribuição do indivíduo à sociedade pelos serviços que esta lhe presta ou oferece." Nessa frase pode-se perceber o fundamento da diferença de responsabilidade individual que se verifica nos Estados Unidos e na Europa, onde a social democracia já vem trabalhando há tanto mais tempo.

> O liberalismo teve, historicamente, a missão de romper as cadeias que agrilhoavam a economia e que as correspondentes organizações da lei da Idade Média tinham imposto ao avanço da sociedade. Que se manteve, de início, a forma estritamente burguesa de liberalismo, não evita que exprima hoje, de fato, um princípio geral, muito mais lato, da sociedade cuja perfeição ficará culminada no socialismo. (BERNSTEIN, 1964, p. 125).

Bernstein continua por comparar vários trechos de obras de Marx e de Proudhon concluindo que mesmo tendo bastantes pontos de divergência, eles ainda se encontram em pontos que dizem respeito a uma organização democrática livre desde as pequenas cidades, as administrações regionais e por fim a administração nacional, ou seja, "a conquista da democracia, a formação dos órgãos políticos e sociais da democracia, *é a condição preliminar indispensável à realização do socialismo.*" [grifo do autor deste trabalho] (BERNSTEIN, 1964, p. 131). E ele continua:

> O feudalismo, com as suas rígidas organizações e corporações, teve de ser destruído quase em toda parte pela violência. As organizações liberais da sociedade moderna distinguem-se daquelas precisamente pela sua flexibilidade e sua capacidade de transformação e desenvolvimento. Não precisam ser destruídas, mas apenas ser desenvolvidas. [grifo meu]

Assim, por esse meio, a tal guerra de classes não precisa continuar conquanto se trabalhe pela supressão da distinção de classe dentro da esfera política e a guerra é então absorvida nessa ordem social e, se se quer ter uma nação de socialistas, é preciso primeiro construir uma nação de democratas e então reformá-la em moldes que ofereçam cada vez mais oportunidades para que todos se desenvolvam. Nas palavras do próprio Bernstein (1964, p.133): "A democracia é uma condição para o socialismo, numa escala muito maior do que geralmente se supõe, isto é, não se trata unicamente de um meio, mas de sua própria substância." E conclui dizendo que o socialismo é a democracia levada a sua conclusão lógica. Adam Przeworski (1989, p. 29) escreve que Jean Jaurès, um político da social-democracia francesa, disse certa vez que o triunfo do socialismo não será um rompimento com a Revolução Francesa, mas a efetivação desta em novas condições econômicas.

Essa sequência de reformas, que são melhorias imediatas, não pode ser considerada um afastamento dos objetivos finais, pois, pelo materialismo histórico, o advento de uma sociedade com uma crescente preocupação social, ou seja, uma sociedade mais socialista, é inevitável, é consequência lógica da democracia, que teve seu caminho aberto pelo liberalismo. Essas reformas são etapas no sentido de uma completa reestruturação da sociedade, consistem no abrandamento gradual dos efeitos adversos do desenvolvimento do capitalismo, mas dependem deste, pois é esse desenvolvimento do capitalismo que financia as reformas estruturais.

4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO LIVRE SOCIAL-ISMO

4.1 Desestalinização do marxismo

Como já se viu, no início dos anos 1960, o marxismo estava ameaçado, pois, obstruído principalmente pelo dogmatismo stalinista, havia se tornado uma doutrina de Estado. Nesse momento, então, por iniciativa de Louis Althusser, deu-se o que se poderia chamar de um ressurgimento do materialismo dialético, abandonando a dialética dogmática e oficial em favor dos ataques das filosofias existenciais e do estruturalismo. O que esse pensador fez, na verdade, foi rejuvenescer o marxismo, desvencilhando-o de velhas filosofias, um empreendimento que foi feito confrontando e comparando o materialismo histórico à psicanálise.

Althusser iniciou sua contribuição desmembrando ciência e ideologia e combatendo a ideologia defendendo uma posição materialista, explica o althusseriano Alain Badiou:

> A ciência é a prática produtora de conhecimentos, cujos meios de produção são os *conceito*s, enquanto que a ideologia é um sistema de representações cuja função é o prático social, e que se autonomeia dentro de um conjunto de noções. O resultado próprio da ciência é obtido pela produção orientada de um objeto essencialmente distinto do objeto dado e distinto inclusive do objeto real. Em contrapartida a ideologia articula o *vivido*, isto é, não a relação real dos homens com suas condições de existência, mas sim o modo pelo qual vivem sua relação com suas condições de existência. [...] Se a ciência é um processo de *transformação*, a ideologia quando o inconsciente se forma e se fixa nela, é um processo de *repetição*. (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p. 15-16).

Ele dizia que o marxismo procurava se fundamentar como ciência e, para tal, o fazia ideologicamente, impondo uma dialética prévia sobre a prática científica, quando na verdade deveria explicitar, partindo da existência de fato na prática científica, as figuras dialéticas. Propunha um recomeço do materialismo dialético, voltando a Marx, tal qual Lacan havia voltado a Freud, um retorno à teoria bem estabelecida pelo seu criador, bem fixada, um retorno que não foi o retorno ao nascimento da teoria, mas à sua maturidade. É nessa maturidade que se encontra a juventude de uma ciência. Antes disso, de acordo com Althusser (1985, p. 56), “ela é velha, tendo a idade dos

preconceitos em que vive, como uma criança vive os preconceitos e, portanto, a idade de seus pais."

Pretendia, então, retornar a Marx distinguindo a dialética materialista da hegeliana, idealista, diferenciando essas duas com base em seus pressupostos. A dialética hegeliana, sendo monista, parte de uma unidade originária simples e todas as estruturas dessa dialética estão dependentes desse pressuposto. Dessa forma, a contradição hegeliana tem de ser uma contradição simples, que não pode ser a mesma da dialética marxista, que se estabelece reconhecendo a estrutura complexa de seu objeto, estrutura que determina o desenvolvimento deste, não havendo mais a unidade estrutural, mas uma estrutura mais complexa.

Ao escrever *Pour Marx* (1965), Althusser deixou claro que tomava partido a favor de Marx, que se fundava sobre ele para empreender a longa marcha em busca da filosofia marxista. Era preciso voltar a Marx e enxergar que o marxismo não é uma filosofia do sentido da História, mas a possibilidade de uma análise concreta de uma situação concreta, ou seja, o materialismo dialético, apresentado nos manuais stalinistas, não era filosofia marxista, era preciso recomeçar o materialismo dialético.

E qual o objetivo de tudo isso? A abordagem althusseriana procura mostrar que o materialismo dialético em sua dogmática versão stalinista estava ainda ligado intimamente à problemática hegeliana, o panteísmo das forças produtivas era a nova unidade simples e a ruptura com a dialética hegeliana serviria como ruptura com o stalinismo. Para a superação dessa dialética, propõe o conceito de superdeterminação, emprestado da Linguística e da Psicanálise, sobretudo de Lacan. A dialética marxista é diferente da hegeliana por ter uma contradição não simples, mas superdeterminada, sendo este o traço mais profundo da dialética marxista. O texto *Freud e Lacan*, escrito em 1964, não continha nenhuma palavra sobre Stalin ou o stalinismo, porém foi um dos primeiros textos a promover o anti-stalinismo, não de maneira puramente verbal, ressaltando os absurdos morais em Stalin, com seus horrores e crimes, mas uma crítica fundada num corpo conceitual rigoroso e demonstrável (EVANGELISTA, 1985, p. 12).

Buscava-se um emparelhamento entre o marxismo e a psicanálise, então, defendendo o caráter científico da psicanálise para defender o caráter científico do marxismo. Não se tratava de fundar uma ciência, o que seria um ato ideológico, mas de a tornar

reconhecida como tal. Estava sendo proposta decisivamente no interior do movimento comunista, a defesa do mérito teórico de Lacan, como a possibilidade de rebater o stalinismo, cuja ignorância da superdeterminação fazia da dialética stalinista um hegelianismo pobre. A superdeterminação é o que marca a descontinuidade entre Marx – Hegel, essa nova maneira de pensar a autonomia relativa entre as instâncias.

> Logo, podemos dizer que tudo se concentra em torno do conceito de superdeterminação, e, portanto, da questão do estatuto da psicanálise, pois, como vimos, foi ela, em sua versão lacaniana (Psicanálise e Linguistica), que ofereceu um tal conceito. (EVANGELISTA, 1985, p. 23).

A reação dentro do Partido Comunista Francês começou com Guy Besse (1966), que temia que o conceito de superdeterminação roubasse a cena da contradição fundamental. Esse pluralismo da autonomia relativa das instâncias contrapõe-se ao monismo constituído pelo crescimento das forças produtivas, novo sujeito simples da história que exprime a contradição dita fundamental. Chega-se, assim, ao coração do debate, pois aceitar a superdeterminação, tão incompatível com o idealismo, seria para os militantes do partido comunista a renúncia do sonho de uma revolução simples! Na dialética stalinista, a complexidade das contradições reais era simplesmente reduzida a simplicidade do velho esquema conhecido: o crescimento das forças de produção revolucionando as antigas relações sociais de produção. Renunciar a isso seria ferir aquela fé inabalável, característica do militante comunista, correndo-se o risco de lhe arrancar a razão de agir e de viver.

De outra forma, a crítica a um certo modelo de existência militante poderia abrir espaço para formas mais interessantes dessa mesma existência, posto que a ideologia faz parte de um modo de vida e, assim, as antigas razões de agir e de viver seriam substituídas por outras razões, igualmente imaginárias, porém mais adequadas do que o desejo de revolução. Apesar da sinergia que há entre a prática científica e a atividade militante - ciência e ideologia -, o lugar de ambas, embora articulado, é diferente. A prática militante implica ardor, paixão, enquanto a científica, embora correntemente seja impulsionada pela paixão, como no caso do próprio Althusser, demanda certa distância em seu exercício, para que se possa apropriar o real de forma mais justa.

Essa parte que se opõe entre a Ciência e a Ideologia é o que leva Althusser a se opor ao stalinismo que reinou durante anos no cenário comunista, em que “a teoria era pura e simplesmente uma serva do poder” (EVANGELISTA, 1985, p. 29), vindo a ser

reivindicada para ela uma autonomia relativa. Essa ênfase que se ressalta pondo a ciência como o outro da ideologia nada mais é do que a reação ao dogmatismo stalinista. Cabe aqui ressaltar também aquilo que une ciência e ideologia, pois separá-las com rigor radical conduziria a uma concepção de teoria como algo separado do real, sendo assim logicamente falsa e, portanto, falso. Assim, o corte epistemológico não seria "uma ruptura entre a Ciência e a Ideologia, mas, sim, entre *uma ciência* e *a ideologia teórica* que constitui a sua pré-história." (EVANGELISTA, 1985, p. 31), o corte epistemológico é "a construção metódica de um novo objeto científico. (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p. 35). Além do mais, a prática científica que surge, por ser uma prática, faz-se sob uma ideologia.

Mais tarde, o texto Marx e Freud, de 1976, mostra que a teoria é inseparável da vida; tanto na obra de Marx, quanto na de Freud, é tratada a questão do conflito e da irracionalidade. O marxismo vigente, que almejava o reconhecimento como ciência, rejeitava a pretensão científica da psicanálise por considerá-la irracional. Quem quiser conhecer a obra de Freud, sua descoberta revolucionária, "deve atravessar, à custa de grandes esforços críticos e teóricos, o imenso espaço de preconceitos ideológicos que nos separa de Freud." (ALTHUSSER, 1985, p. 47).

Num mundo dominado pelo idealismo e pelo mecanicismo, não só Marx, mas também Freud, surgem com um pensamento materialista e dialético. Se a definição mínima de materialismo é a ex-sistência (ex-sistência no sentido de estar fora do grupo) da realidade frente ao pensamento ou consciência, "Freud é desde o início, materialista, já que nega a primazia da consciência, não só no conhecimento, mas também *na própria consciência*." Quanto à dialética, há diversas figuras dialéticas em Freud, como transferência e contratransferência, a condensação, a superdeterminação... "e também essa tese limite de que *o inconsciente não conhece a contradição*, e que essa ausência de contradição é a condição de toda contradição." (ALTHUSSER, 1985, p. 77).

E se a psicanálise é irracional por supor o inconsciente, continua Althusser, o marxismo também o é por supor a luta de classes! O modo de produção de conhecimento, em ambas, passa necessariamente pela irracionalidade, e para que ambas sejam reconhecidas como ciência, elas não devem ser tratadas sob o discurso da razão, mas pela análise das condições materiais, segundo as quais suas formas de racionalidade se desenvolvem. Essa visão das condições concretas, materialista, eliminaria essa

racionalidade exterior e soberana e trataria, sim, “de examinar o modo como *cada ciência existente* é produzida.” (EVANGELISTA, 1985, p. 33).

Não é possível compreender a psicanálise sem passar pela irracionalidade da transferência, que é a maneira como o inconsciente se projeta, da mesma forma que é impossível entender o marxismo sem passar pela irracionalidade que é a luta de classes. Sendo o inconsciente real e a luta de classes real, do domínio da vida, é a experimentação concreta da vida a condição de acesso a essas novas ciências, “a prática científica tem prioridade face a qualquer especulação sobre a prática científica.” (EVANGELISTA, 1985, p. 34). Afinal, Freud legou ao mundo atual uma prática, que é a cura analítica, uma técnica, que é o método da cura, e uma teoria que abraça a prática e a técnica. “Este conjunto orgânico prático-técnico-teórico lembra-nos a estrutura de toda disciplina científica. *Formalmente*, o que Freud nos dá possui, na verdade, a estrutura de uma ciência.” (ALTHUSSER, 1985, p. 53).

Logo, a característica de uma ciência é produzir um objeto de conhecimento capaz de se apropriar de um objeto real, de que a técnica se deve ocupar durante a prática. Um objeto de conhecimento construído por conceitos rigorosamente definidos e, assim, tanto o marxismo quanto a psicanálise são ciências que se apropriam do indivíduo humano real, cada uma a seu modo. Sendo o materialismo histórico apoiado na luta de classes e a psicanálise apoiada no inconsciente, elas têm necessariamente objetos de conhecimento diferentes. Enquanto ciência da luta de classes, com suas contradições superdeterminadas, o marxismo busca interpretar, enquanto ciência particular e com seu próprio objeto de conhecimento, as formas sociais adotadas pelos indivíduos, enquanto que a psicanálise foca a subjetividade individual.

4.2 Desenvolvimento econômico e distribuição de renda

Entender como a distribuição de renda se comporta num processo de desenvolvimento econômico é essencial para a compreensão de uma tendência distributiva. O processo de industrialização e desenvolvimento econômico, quando observado num período de tempo suficientemente grande, é acompanhado por mudanças significativas nas características da população economicamente ativa, mudando o peso da participação de trabalhadores de cada setor na economia, a renda relativa do total de trabalhadores de cada setor, o nível de escolaridade dos trabalhadores dos diversos setores, bem como as

distribuições pessoais de renda interna de cada setor devido às peculiaridades dos mercados de trabalho específicos.

Para Kuznets (1955, 1974), durante o processo de industrialização, os países em desenvolvimento, a princípio, tenderiam a concentrar a renda, mas, durante o crescimento da renda per capita e da importância dos setores não-agrícolas, apresentariam uma tendência a reduzir suas desigualdades. A teoria do "U invertido" de Kuznets atribui uma importância consideravelmente significativa às mudanças estruturais naturais de um processo de crescimento econômico sobre a dinâmica distributiva. Esse processo se caracteriza por uma longa variação na desigualdade distributiva que aumenta nas fases precoces do crescimento econômico, quando a transição da civilização pré-industrial para a industrial é mais rápida, se estabiliza por certo período e, então, diminui nas fases posteriores.

Isso decorre do fato de que as forças que impulsionam a concentração de renda nas fases precoces de industrialização são mais fortes do que nas fases posteriores, em que o ritmo do crescimento industrial é menos intenso, conforme dados apresentados por Kuznets (1955) para países desenvolvidos como EUA, Alemanha e Inglaterra. Essa variação na desigualdade de renda está associada à variação na formação de capital, tendo em vista que economias com elevada desigualdade de renda proporcionam poupanças mais significativas quando comparadas a economias com maior equilíbrio de renda e as profundas modificações que a emergência de um novo sistema industrial traz abalam o até então estável cenário pré-industrial; o desenvolvimento da agricultura e da indústria move mais pessoas para os centros urbanos que ainda não contam com instituições sociais para ampará-los.

Analisando dados a partir de 1860, Kuznets (1974) percebe que, no período após a Primeira Guerra Mundial, se torna claro o movimento em direção a uma melhor distribuição de renda nos países desenvolvidos. Na tabela seguinte, a parcela de renda dos ativos inclui dividendos, juros, aluguel (tanto o aluguel recebido sob forma de pagamentos em dinheiro quanto o aluguel estimado para casas ocupadas por seus proprietários), lucros líquidos das sociedades anônimas após o pagamento de dividendos, mas antes do pagamento do imposto de renda; rendas de propriedades e empresas governamentais. Na primeira coluna está excluída a renda de ativos possuídos por empresários individuais e autônomos, que está incluída na segunda coluna de dados.

Distribuição da renda nacional pelos fatores de produção, países selecionados, períodos longos.

	Participações na renda nacional (%)			
	Remuneração de empregados	*Renda de empresários e empregados por conta própria*	*Renda de ativos*	*Percent. dos empresários empregados por conta própria na força de trabalho*
Reino Unido				
1860-69	47	17	36	13
1905-14	47	16	37	13
1920-29	59	15	26	10
1954-60	70	9	21	6
França				
1853	36	46	18	36
1911	43	31	26	33
1913	45	33	22	33
1920-29	50	29	21	30
1954-60	59	29	12	27
Alemanha				
1895	39	45	16	26
1913	47	35	18	21
1913	48	33	19	21
1925-29	64	26	10	19
1954-60 (Rep. Fed.)	60	22	18	16
Suíça				
1913	66		34	n.d. *
1924	49	25	26	25
1954-60	60	18	22	19
Canadá				
1926-29	59	25	16	28
1954-60	66	13	21	18
Estados Unidos				
1899-1908	54	24	22	28.5
1919-28	58	18	24	21.5
1929	58	17	25	21
1954-60	69	12	19	15

* n.d. = não disponível.

Fonte: Kuznets (1955. p.100).

A primeira inferência que se pode fazer ao se analisar a tabela é de que, mesmo não sendo inteiramente exatos os dados da tabela, a parcela de rendimento do capital na renda nacional diminuiu em quase todos os países, “em alguns países ela diminuiu de quase 50% para 20 ou 25%. Portanto, a participação do trabalho deve ter aumentado.” (KUZNETS, 1974, p. 106). Mais ainda, ao calcular os investimentos em capital físico no período, percebe-se que apenas o rendimento dos ativos não seria suficiente para financiar o aumento de capital ocorrido, ao contrário do que seria de se esperar, e Kuznets (1974) conclui que grande parte do financiamento da formação de capital veio, sim, da poupança das remunerações dos empregados, tornando melhor a distribuição pessoal desses rendimentos devido a uma maior democratização no mercado de capitais que, segundo Langoni (1973), acompanha o processo de desenvolvimento.

Quando se reconhece a participação crescente do trabalho na renda nacional, não se pode deixar de questionar o porquê disso e Kuznets (1974, p.107) sugere que o motivo é a ocorrência de uma melhoria na qualidade do trabalho que decorre de alguns fatores, como o declínio da quantidade de horas trabalhadas por semana e, principalmente, a questão da educação. A manutenção e o aumento dos investimentos em educação contribuíram, no período, para se elevar em 0,78% ao ano os níveis educacionais da força de trabalho. Ainda, segundo Kuznets (1974, p. 109), esses investimentos em educação expressam “o maior valor que a sociedade tem atribuído, ao menos nas economias de livre mercado, às reivindicações de membros vivos do que a reivindicações de seu capital material.”

Essas mudanças se devem em parte a mudanças na estrutura setorial e em parte a mudança no *status* dentro de setores específicos. Posto que na agricultura haja predominância de empresas de pequena dimensão, com o declínio da participação da agricultura na força de trabalho declina também a participação de empresários e autônomos na força de trabalho total.

Com o processo de mudança no tamanho e na organização das empresas, verifica-se uma mudança no *status* dos empregados que modifica também a estrutura de pagamento destes, posto que “a procura por maior especialização e as oportunidades cada vez menores para o trabalho manual não-especializado são os resultados de uma mecanização crescente.” (KUZNETS, 1974, p. 111). A proporção de trabalho manual, o

assim chamado “colarinho azul”, diminuiu acentuadamente na primeira metade do século, segundo os dados da economia norte-americana utilizados por Kuznets e, em contraste, as parcelas de ocupações de “colarinho branco”, que são mais treinadas e exigem bem menos esforço físico, aumentaram e, mesmo dentro do trabalho manual, houve um grande deslocamento do trabalho não-especializado para o trabalho especializado.

> As tendências refletem as procuras crescentes do crescimento econômico moderno por educação, treinamento e maiores habilidades na força de trabalho – bem como a possibilidade, devido a maior renda *per capta*, de se fazer os investimentos necessários para alcançar estes níveis mais elevados de educação e especialização. (KUZNETS, 1974, p. 112).

Além dos dados mostrados na tabela, a tendência de longo prazo de declínio nas participações dos grupos de renda superior e o aumento nas participações dos grupos de renda inferior também pode ser observada no período analisado por Kuznets (1974), por outros fatores, como, por exemplo, a inclusão de serviços como educação e saúde por parte dos governos, serviços estes fornecidos principalmente aos grupos de mais baixa renda. Afinal,

> Por razões óbvias, a distribuição de renda entre vários grupos na sociedade é uma questão de interesse e preocupação persistentes; e a filosofia de que todos os homens são iguais, que acompanha o crescimento econômico moderno, exerce uma pressão contínua para limitar a desigualdade de renda. [...] Não é por acaso que a igualdade legal, igualdade política e finalmente igualdade econômica tenham sido as metas sucessivas da sociedade moderna. (KUZNETS, 1974, p. 123).

E esse autor continua dizendo que as decisões legislativas com respeito à educação, à saúde, ao pleno emprego, ao imposto de renda e à seguridade social são sinais da decisão visando a minimizar as desigualdades econômicas e proporcionar, tanto quanto possível, uma maior igualdade de oportunidades e compensação pelos fracassos causados por imperfeições nas estruturas econômica e social. Como dito acima, nos primeiros estágios do processo de crescimento capitalista ocorre uma ampliação da desigualdade na distribuição da renda total pelas classes que compõem a sociedade devido ao rápido crescimento do setor industrial e, de acordo com Kuznets (1955), esse período se deu acentuadamente na Inglaterra entre os anos de 1780 e 1850, nos EUA e na Alemanha entre os anos de 1840 e 1890. Esse estágio comportava no início uma maior desigualdade dentro dele, que foi sendo continuamente diminuída graças a uma menor desigualdade na produção por operário e às mudanças institucionais vencidas no processo legislativo, levando ao estágio de estabilização da desigualdade de renda,

período a que se referem os dados na tabela e, enfim, uma posterior redução da desigualdade.

Na transição das economias tradicionais para as economias modernas torna-se clara uma tendência de um maior peso do capital humano sobre as diferenças individuais de renda do que o capital físico, como também afirma Langoni (1973, p. 210). No início, a fase de crescimento acelerado no processo de desenvolvimento econômico oferece oportunidades de ganhos maiores tanto no mercado de capital humano como no de capital físico e estes vão se tornando menos atrativos à medida que o crescimento alcance valores mais estáveis e esses desequilíbrios acabam por ser superados equalizando-se as oportunidades de acesso à tecnologia, bem como à educação. A estabilização da taxa de crescimento advém de uma renda *per capita* mais elevada e as mesmas forças que atuaram para elevar a desigualdade atuam, então, para sua redução. (LANGONI, 1973, p. 190 e 212). Essa dinâmica ocorre num cenário em que o crescimento não se dá por meio de utilização de capital ocioso, mas cuja fonte de crescimento é constituída por investimentos em capital humano e pesquisa, que se tornam a opção encontrada quando o crescimento da produção torna escassas as ofertas dos fatores, principalmente porque cresce a complementaridade entre o capital físico moderno e a mão-de-obra qualificada.

E olhando por uma perspectiva macro, a existência de nações economicamente atrasadas e outras economicamente desenvolvidas fornecem, concordando com Kuznets (1974, p. 243), tanto uma indução como uma oportunidade para o crescimento nas áreas atrasadas e, com um mínimo de estabilidade política e limitação a restrições impostas por instituições adversas à modernização, abre-se a possibilidade para a ocorrência de um período com taxas substanciais de crescimento, o que promove um movimento que aproxima esses países dos níveis de desenvolvimento dos países desenvolvidos.

CONCLUSÃO

O advento do capitalismo transformou para sempre o mundo, com modificações por toda parte. No início do trabalho foram discutidos os efeitos que a Revolução Industrial teve sobre a sociedade, desde as péssimas condições de vida do proletariado, a nova classe social que emergira, passando pelo processo de maior politização e democratização da sociedade que levou a uma gradual reforma nas instituições e, consequentemente, no padrão de vida dos trabalhadores. Essa politização levou a ações extremas como os governos autocráticos que se diziam opostos ao capitalismo, porém, tendo em vista que a etapa anterior do capitalismo é que leva à concretização de políticas sociais, esses governos também tiveram que desenvolver uma planta industrial e a assim chamada "acumulação primitiva socialista" foi, talvez, ainda mais cruel do que a livre acumulação primitiva que ocorreria naturalmente.

O materialismo histórico de Karl Marx foi derivado e tido como marco teórico durante todo o trabalho, principalmente sua característica de naturalidade, mesmo que às vezes violenta, do movimento dialético sobredeterminado. Com base nisso, procurou-se reforçar a ideia de que não se podem pular etapas, da mesma maneira que não se pode chegar à fase adulta pulando a adolescência, por mais que os malefícios de uma sociedade capitalista tenham o caráter de uma sociedade neurótica e doente, principalmente onde e enquanto o capitalismo está florescendo. Num ambiente democrático, esses malefícios podem ser contornados, passo a passo, num processo de amadurecimento que leva uma sociedade, que outrora tinha suas instituições e convicções voltadas ao capital físico, em direção à outra, cujas metas são mais elevadas, sublimadas, que tem como objeto de suas políticas a própria sociedade, as pessoas que dela fazem parte, amparada pela maior produtividade que o período anterior pôde proporcionar.

No decorrer do desenvolvimento capitalista, de fato, ocorre uma piora na distribuição de renda no início, período em que as forças do crescimento econômico são mais intensas e tal acumulação de capital se torna, talvez, necessária; passa a equilibrar-se durante o período em que esse impulso começa a se estabilizar e, por fim, ocorre uma melhoria crescente na distribuição de renda, reflexo da maior importância do capital humano no

processo produtivo e no processo legislativo propiciando melhorias que tornem mais equânime o acesso às oportunidades pelos indivíduos.

A educação é a fronteira do desenvolvimento capitalista: as três revoluções industriais são, na verdade, três revoluções tecnológicas e o desenvolvimento das forças produtivas implica maior diferenciação do trabalho, o que, por sua vez, demanda maior nível de instrução da população. Ou seja, a mesma educação que é fronteira para o desenvolvimento capitalista, pois uma maior mecanização exige pessoas mais especializadas, é, também, a base para a distribuição de renda, de tal modo que um arrasta o outro e, apesar de todas as vicissitudes, tem-se, sim, o movimento em direção a um social-ismo, no sentido significante da palavra.

O desenvolvimento traz consigo maior aperfeiçoamento e isso é o que marca a passagem de um estágio para outro na concepção materialista da história. Além disso, cada estágio traz em si relações sociais e políticas determinadas, modificando as relações sociais e institucionais existentes até então. Todas as reformas institucionais e legislativas tratadas nos capítulos 3 e 4, como maior democratização, amparo ao trabalhador, seguridade social, pleno emprego, entre outras, mostram ser o início das relações sociais e institucionais que darão cara à sociedade socialista, da mesma maneira que, a seu tempo, cada uma das sociedades anteriores tiveram a sua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979.

ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Desenvolvimentismo incoerente? Comentários sobre o projeto do segundo Governo Vargas e as idéias econômicas de Horácio Lafer (1948-1952). **Economia**, Selecta, Brasília (DF), v.6, n.3, p. 191-222, dez. 2005.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1984.

EVANGELISTA, Walter. Introdução crítico-histórica de Freud e Lacan. Marx e Freud. In: ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 9-43.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, 15(41), p. 67-76, 2001.

KAUTSKY, Karl. **As três fontes do marxismo**. São Paulo: Centauro, 2002.

KEYNES, John. **A teoria geral do emprego, do juro, e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **The American Economic Review**, Stanford, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

_____. **Teoria do crescimento econômico moderno:** taxa, estrutura e difusão. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

LANGONI, Carlos. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEFEBRVE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** 1º capítulo seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Livro primeiro. Tomo um. Capítulos I a XII.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Livro primeiro. Tomo dois. Capítulos XIII a XXV.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política**: Com algumas de suas aplicações à filosofia social. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PLEKHANOV, Guiorgui. **A concepção materialista da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.